

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCV • Nº 72

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 11 de maio de 2018

Campanha Maio Amarelo motiva debate no Grande Expediente Especial

Mês é internacionalmente dedicado a debates e reflexões sobre segurança no trânsito

Mês internacionalmente dedicado a debates e reflexões sobre segurança no trânsito, o Maio Amarelo foi assunto do Grande Expediente Especial (GEE) de ontem, na Assembleia. A programação deste ano traz como tema “Nós somos o trânsito”, visando destacar a responsabilidade que cada indivíduo apresenta neste espaço coletivo e clamar por um maior envolvimento de todos os segmentos neste debate.

Autor do requerimento do GEE, o deputado Eduíno Brito (PP) destacou os números “de uma epidemia que mata mais que algumas guerras”. Ele citou dados da Secretaria de Saúde de Pernambuco que indicam que o Estado perdeu, em 2015, cinco pessoas vítimas de acidentes de trânsito por dia e desembolsou R\$ 917 milhões no tratamento dos acidentados. “Este valor é suficiente para cuidar dos pacientes com câncer no Estado por seis anos, ou manter em funcionamento o Hospital da Restauração,



FOTO: SARRINA NÓBREGA

REUNIÃO - Eduíno Brito, que propôs o encontro, destacou os números “de uma epidemia que mata mais que algumas guerras”

no Recife, por quatro”, informou, destacando, ainda, o custo não calculável dessa tragédia: a vida humana.

“Só alcançaremos a paz no trânsito quando oferecermos condições mínimas de segurança para todos conviverem neste espaço: pedestres, ciclistas, motociclistas e condutores de automóveis. Não podemos privilegiar uma categoria, porque todos

temos responsabilidades”, disse o coordenador do Movimento Maio Amarelo em Pernambuco, Carlos Valle, destacando a relevância do tema escolhido para a campanha em 2018.

O agente da Polícia Rodoviária Federal Deiverson Silva confia no trabalho de conscientização, inclusive de crianças em idade escolar, para mudar esse qua-

dro de acidentes. “O Maio amarelo foi eleito para ser um período de mais atenção para o trânsito. E neste contexto de engajamento dos últimos anos, percebemos uma redução de 12% no número de acidentes em estradas federais no Estado, entre 2016 e 2017”, pontuou.

Professora da Universidade de Pernambuco (UPE), Gabriela Porto apre-

sentou dados da pesquisa que desenvolveu junto a motociclistas vítimas de acidentes de trânsito atendidas em três emergências do Estado. Segundo ela, das 249 pessoas que apresentavam traumas na face em consequência de acidente, 59% não usavam capacete e 33% dos que usavam o equipamento o faziam de maneira incorreta.

Por sua vez, o consultor do Observatório do Recife, Francisco Cunha, pontuou o que ele avalia como a principal causa dos acidentes graves no trânsito: o excesso de velocidade. A entidade, que monitora políticas públicas municipais, defende a redução dos limites máximos de velocidade permitidos nas vias do Recife. “Esta é uma questão negligenciada que precisa ser atacada com seriedade, pois é uma das principais causas de mortes”, opinou.

Coordenador da Operação Lei Seca no Estado, o tenente-coronel Fábio Bagetti ressaltou como o trabalho de combate à combinação álcool e direção é necessário para se alcançar bons resultados. “No ano passado, atingimos a marca de dois milhões de condutores abordados em nossas ações”, disse. A operação foi elogiada pelo diretor do Samu metropolitano, Leonardo Gomes. “Trabalho no Samu há 16 anos e é nítida a diminuição dos acidentes provocados por uso de bebida alcoólica após a Lei Seca”, afirmou.

Desenvolvimento

Aluísio Lessa ressalta anúncio de mais empregos na fábrica da Fiat em Goiana

Visita do novo presidente da Fiat na América Latina, o italiano Antonio Filosa, a Pernambuco ganhou repercussão, ontem, do deputado Aluísio Lessa (PSB), durante a Reunião Plenária. “Mais 2.500 empregos foram anunciados pelo executivo”, frisou, ao

relatar o evento, ocorrido na última quarta (9). Atualmente, a fábrica conta com 3.600 profissionais.

Destacando que a planta do empreendimento da Fiat Chrysler, em Goiana (RMR), é a mais moderna do mundo, o parlamentar falou sobre a produção,

que chegará a 200 mil veículos este ano. “São da Fiat Chrysler os SUVs mais vendidos do País, Renegade e Compass”, frisou o socialista, que pediu um Voto de Aplausos a Antonio Filosa pelo novo aporte financeiro dado à fábrica no Estado.

De acordo com Aluísio Lessa, “depois do agronegócio, o setor automotivo foi o que mais cresceu no Brasil”. “Este ano, a venda de veículos aumentou 58%, o que mostra o reinício do crescimento econômico”, pontuou. A Fiat opera em Pernambuco há três anos.



FOTO: ROBERTO SOARES

DESTAQUE - Setor automotivo foi o segundo que mais cresceu

CERTIFICADO DIGITALMENTE



FOTO: ROBERTO SOARES



FOTO: ALEPE

INTEGRAÇÃO - Líderes comunitárias, artesãs, bacamarteiras e cirandeiras participaram das atividades da Assembleia Legislativa, a convite da deputada Laura Gomes

Mulheres de Abreu e Lima participam de ação formativa na Alepe

Iniciativa visa encorajar essa parcela da população a lutar por mais representatividade

Encorajar mulheres pernambucanas a lutarem por mais representatividade feminina na política. Esse é o objetivo da Ação Formativa Mulheres na Tribuna - Adalgisa Cavalcanti, que teve sua segunda edição realizada ontem, com representantes de Abreu e Lima, Região Metropolitana do Recife. Líderes comunitárias, artesãs, bacamarteiras e cirandeiras participaram das atividades da Alepe e puderam conhecer melhor a história do Poder Legislativo. Todas elas participaram do evento

a convite da deputada Laura Gomes (PSB).

A líder da Pastoral da Criança no município, Lucidalva da Silva, afirmou que o projeto desperta o interesse em participar da política. “Na parte feminina a gente quer representatividade: na Câmara, no Legislativo, no Executivo. Quem sabe nos próximos mandatos tenhamos mais mulheres?” A opinião é compartilhada por Marleide Tenório, presidente da Associação de Bacamarteiros de Abreu e Lima. Ela defendeu a ocupação de espaços de poder pelas

mulheres. “Em Pernambuco temos 66 grupos de bacamarteiros, só temos três mulheres presidentes. Quer dizer, somos a minoria. Então, nós não queremos o espaço do homem, nós queremos é ter nosso espaço também.”

Coordenadora da Mulher em Abreu e Lima, Maria Helena dos Santos destacou a relevância de iniciativas que buscam o empoderamento. “Muitas delas não sabem nem o que é política e é isso que estamos fazendo. Nosso trabalho principal, além de coibir a violência, é trabalhar essa identidade

das mulheres. Mostrar para ela que existe um espaço, que ela precisa sair da zona de conforto e ir à luta, lutar pelo direito de igualdade, de equidade.”

Laura Gomes frisou a necessidade de se eleger mais mulheres. “A ocupação de mulheres em cargos eletivos é baixíssima, não só aqui como em todo o País. É preciso que a gente cada vez mais crie condições para que essas mulheres cheguem realmente ao Parlamento, ao Poder Executivo, ao poder de decisão.” Aumentar essa parti-

cipação é um dos objetivos do projeto, como explica a presidente da Comissão da Mulher, Simone Santana (PSB). “Essa é a nossa luta, é a nossa batalha e o Mulheres na Tribuna - Ação Formativa Adalgisa Cavalcanti tem como principal objetivo estimular essa aproximação da mulher com a política de uma forma mais ampla, mas também com a política partidária, eleitoral.” Para participar do projeto, grupos e prefeituras podem fazer a solicitação ao gabinete de qualquer parlamentar, que vai propor a indicação.

PLENÁRIO - Durante a Reunião Plenária, as visitantes receberam novos cumprimentos da deputada Laura Gomes. “A gente precisa saber que lugar de mulher é na política, é contribuindo para as decisões, e por isso essa ação formativa é de muita importância”, pontuou. Ao final, algumas participantes foram presenteadas com o Catálogo de Peças do Museu Palácio Joaquim Nabuco. A deputada Socorro Pimentel (PTB) e os deputados Edilson Silva (PSOL) e Alberto Feitosa (SD) também saudaram as mulheres.

Plenário

Situação de maternidades do Estado

A proximidade do Dia das Mães e a precariedade constatada em visitas a maternidades públicas do Estado foram temas do discurso da deputada Socorro Pimentel (PTB), ontem. Relatando que percorreu maternidades de várias regiões do Estado, a parlamentar cobrou maior comprometimento do Governo Estadual, inclusive com a execução de emendas parlamentares. “Apesar de todos os prazos e requisitos terem sido cumpridos, as emendas que direcionei às maternidades não foram executadas, por retaliação política”, criticou, contando que destinou verba para unidades em Santa Maria da Boa Vista (Sertão do São Francisco) e Ouricuri (Sertão do Araripe). “Às vésperas de uma das datas mais comemoradas pela sociedade, um momento tão mágico tem se transformado em pesadelo”, avaliou, elencando problemas como superlotação, falta de equipamentos e de estrutura adequada nas maternidades. “As mulheres peregrinam para ter seus filhos. Isso é um desrespeito e um descaso”, destacou.



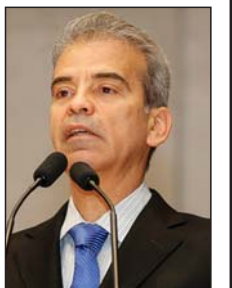
Falta de bancas em escola

Falta de bancas na Escola Municipal Oswaldo Lima Filho, no Pina, Zona Sul do Recife, noticiada pela imprensa, motivou pronunciamento, ontem, do deputado Edilson Silva (PSOL). O problema estaria forçando um “rodízio” de salas e reduzindo o tempo das aulas ministradas. O parlamentar lembrou que, no mês passado, a Prefeitura do Recife incrementou em R\$ 60 milhões os recursos destinados à propaganda institucional e defendeu que, diante da urgência, as cadeiras fossem adquiridas com dispensa de licitação. Silva ressaltou que uma organização não governamental já vinha denunciando o problema em outras escolas da Capital, e que ele próprio havia constatado más condições em outros estabelecimentos de ensino da cidade. “É absolutamente revoltante. Parabéns a imprensa por trazer esse assunto a público, porque demonstra o contraste entre a realidade e a pouca vergonha que é a propaganda da Prefeitura.”



Contratações artísticas pela PCR

O novo regramento para contratações artísticas executadas pela Prefeitura do Recife foi destacado, ontem, pelo deputado Alberto Feitosa (SD). O parlamentar comemorou a publicação do Decreto nº 31.407/2018, editado pelo prefeito Geraldo Julio. O artigo 5º foi o que mereceu maior menção, já que determina que “o pagamento das apresentações deverá ser realizado até o 5º dia útil do mês subsequente à liquidação do empenho e consequente conclusão do processo de contratação”. “É uma ação fundamental no que se refere à questão financeira do artista”, pontuou, alegando que a demanda era cobrada pelo setor. “Participei da gestão de Geraldo Julio e pude conhecer sua forma empenhada de administrar. Que isso sirva de referência para outros prefeitos”, discursou. Ainda na tribuna, o parlamentar anunciou que redigirá um Voto de Aplausos ao gestor pela iniciativa. “Aproveito para fazer um apelo para que o Governo do Estado adote os mesmos critérios”, finalizou.



22ª Conferência da Unale discute “os desafios de um novo Brasil”

Evento, realizado em Gramado, começou na última quarta e termina hoje

A 22ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) teve início na última quarta (9). O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PSC), e o primeiro-secretário da Casa, deputado Diogo Moraes (PSB), estão entre os parlamentares estaduais pernambucanos que participam do evento, que termina hoje.

“Os desafios de um novo Brasil” é o tema da conferência. Na solenidade de abertura, o presidente da Unale, deputado estadual Luciano Nunes (PSDB/PI), defendeu mudanças estruturais no Brasil e renovação na política. “Essas transformações só se fazem por uma nova política, moderna, com ética, respeito e sintonizada com os anseios do povo brasileiro”, afirmou.

Também compuseram a mesa de abertura autoridades como o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Marlon Santos (PDT), e o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (MDB). Em discurso, o chefe do Executivo gaúcho ressaltou a importância dos Legislativos estaduais para aprovar as mudanças estruturais demandadas pela população.

Ontem, a programação do evento começou com um painel sobre gestão, controle dos gastos públicos e governança. O ministro do Tribunal de Contas da União



FOTOS: IMPRENSA/UNALE

SOLENIIDADE - Mudanças estruturais no País e renovação na política foram abordadas na abertura do encontro

(TCU) Augusto Nardes foi um dos palestrantes. À tarde, um painel sobre o panorama político nacional contou com pré-candidatos à Presidência da República, entre eles o senador Alvaro Dias (Pode/PR), Guilherme Boulos, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a deputada estadual Manuela d'Ávila (PCdoB/RS) e Ciro Gomes (PDT).

Hoje, o destaque da programação é a palestra do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Henrique Neves sobre as novas regras para as eleições de 2018. Após o debate, os deputados elegem a nova diretoria da Unale e a sede da próxima conferência.

EVENTOS SIMULTÂNEOS – A exemplo de anos anteriores, funcionários de diversos setores da Alepe participaram, na última quarta (9), de encontros simultâneos da conferência da Unale. “Os desafios do eSocial para a Gestão Pública” – com foco na implantação, na Casa, do sistema previsto no Decreto Federal nº 8.373/2014 – foram tema de palestra apresentada pela equipe da Superintendência de Gestão de Pessoas (Supgp).

“Para atender à determinação legal, a Mesa Diretora da Assembleia tem dado todo o apoio aos servidores que atuam no Grupo de Trabalho do eSocial, garantindo a participação deles em eventos para compartilhar

experiências”, destacou a gestora da Supgp, Cristiane Alves.

Equipe da Superintendência de Comunicação Social esteve presente à reunião da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), que discutiu o edital da Agência Nacional do Cinema (Ancine) voltado à produção de conteúdo para as TVs públicas. Gestores, técnicos e produtores de emissoras legislativas de diversos Estados também debateram as restrições da legislação eleitoral à cobertura jornalística e o novo perfil do público de rádio e TV no Brasil. A Astral ainda aprovou um Voto de Aplausos aos 20 anos da TV Câmara dos Deputados.

Políticas de acessibilidade aos acervos documentais e gerenciamento de documentos eletrônicos estiveram na pauta da reunião da Associação Nacional dos Gestores de Documentos dos Legislativos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (Agedoc). Foram abordados temas como tramitação de documentos, digitalização e gerenciamento.

Quanto aos documentos eletrônicos, tratou-se da elaboração de legislação sobre temporalização e classificação. A criação de normas referentes a documentos sigilosos, secretos e ultrassecuros, com o propósito de disciplinar o acesso a eles, foi outro assunto que mereceu destaque. A supe-

rintendente de Preservação do Patrimônio Histórico da Alepe, Cynthia Barreto, foi reconduzida ao cargo de presidente da Agedoc.

Palestras sobre “Usos e Empregos dos Símbolos Nacionais” e “O Cerimonial da Petrobras” foram conferidas pela equipe do Cerimonial da Alepe. O responsável pelo setor, Francklin Bezerra, foi eleito presidente da Associação Brasileira dos Cerimonialistas dos Legislativos Estaduais (Abcle). O consultor-geral da Assembleia, Marcelo Cabral, foi reeleito vice-presidente da Associação Nacional dos Consultores Legislativos (Anacol). Ao todo, houve 17 eventos simultâneos na conferência da Unale.



AVALIAÇÃO - Presidente Guilherme Uchoa fez balanço positivo da reunião

Presidente da Alepe comanda discussões sobre instabilidade política e Lei Kandir

A instabilidade política e a regulamentação da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996) foram discutidas, na última quarta (9), no Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas. O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PSC), que comandou o encontro, lamentou a instabilidade política do País e a falta de articulação entre os parlamentos estaduais para avançar em temas como o Pacto Federativo. A única mulher presidente de Assembleia

Legislativa no Brasil, deputada Luana Ribeiro (PSDB-TO), destacou que a crise moral do País é da sociedade como um todo, não só dos políticos.

O deputado Frederico Antunes (PP-RS), 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, propôs uma ação conjunta dos parlamentos estaduais em favor da regulamentação da Lei Kandir. Ele lembrou que a norma retira recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS) dos Estados exportadores, mas nunca foi aplicada a reciprocidade prevista. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a regulamentação seja realizada até o fim de agosto deste ano.

Uchoa fez um balanço positivo da reunião. “Dialogamos sobre processo eletrônico, segurança legislativa e a defesa de um critério que garanta o financiamento público de campanhas a deputado estadual. Enfim, temas produtivos e importantes”, observou.

Leis

LEI Nº 16.361, DE 10 DE MAIO DE 2018.

Altera a Lei nº 13.796, de 11 de junho de 2009, que institui no Estado de Pernambuco o Cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências, a fim de regulamentar o horário para oferta de serviços ou produtos por meio de telemarketing.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que, a Assembleia Legislativa aprovou, o Governador do Estado, nos termos do § 3º do art. 23 da Constituição Estadual, sancionou, e eu, Presidente do Poder Legislativo, nos termos do § 8º do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.796, de 11 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Institui no Estado de Pernambuco o Cadastro para bloqueio do recebimento de ligações telemarketing e regulamenta o horário para oferta de produtos ou serviços.” (NR)

Art.3º-A. As ligações de telemarketing para oferta de produtos e serviços aos usuários cujos números de telefone não constem no Cadastro de que trata essa lei, somente poderão ser realizadas: (AC)

I - de segunda à sexta-feira, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas; e, (AC)

II - aos sábados, das 9 (nove) às 15 (quinze) horas. (AC)

§ 1º São vedadas as ligações de telemarketing de que trata o caput aos domingos e feriados nacionais. (AC)

§ 2º Em qualquer caso, a oferta de produtos e serviços somente poderá ser efetuada mediante a utilização pela empresa de número telefônico que possa ser identificado pelo consumidor, sendo vedada a utilização de número privativo, devendo ainda identificar a empresa logo no início da ligação. (AC)

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores à penalidade de multa. (NR)

§ 1º A multa de que trata o caput será afixada entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), graduada de acordo com a quantidade indevida de ligações ao número registrado no Cadastro ou em desacordo com os horários estabelecidos no art. 3º-A. (NR)

§ 2º Em cada situação de reincidência a multa a deverá ser aplicada em dobro. (NR)

§ 3º Os valores da multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 45 dias de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 10 de maio do ano de 2018, 202º da
Revolução Republicana Constitucionalista e 196º da Independência do Brasil.

PASTOR CLEITON COLLINS
Presidente em exercício

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE
AUTORIA DA EX-DEPUTADA TEREZINHA NUNES - PSDB

LEI Nº 16.362, DE 10 DE MAIO DE 2018.

Reajusta os vencimentos dos cargos e funções que integram o quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que, a Assembleia Legislativa aprovou, o Governador do Estado, nos termos do § 3º do art. 23 da Constituição Estadual, sancionou, e eu, Presidente do Poder Legislativo, nos termos do § 8º do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Pastor Cleiton Collins; 2º Vice-Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Júlio Cavalcanti; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros ; 1º Suplente, Deputado Augusto César; 2º Suplente, Deputada Socorro Pimentel; 3º Suplente, Deputado Henrique Queiroz; 4º Suplente, Deputado André Ferreira. Procurador-Geral - Ismar Teixeira Cabral; Superintendente-Geral - Luciano Vasquez Mendez; Secretária-Geral da Mesa Diretora - Ana Olímpia Celso de M. Severo; Superintendente de Planejamento e Gestão - Sheila Carina de Aquino Cunha; Superintendente Administrativo - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; Superintendente de Gestão de Pessoas - Cristiane Alves de Lima Santana; Superintendente de Tecnologia da Informação - Bráulio José de Lira Clemente Torres; Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos; Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Aldo Mota; Superintendente de Segurança Legislativa - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Cynthia Barreto; Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo; Superintendente da Escola do Legislativo - Sebastião Rufino; Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva; Ouvidor-Geral - Deputado Adalto Santos; Ouvidor Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno; Superintendente de Comunicação Social - Margot Dourado; Chefe do Departamento de Imprensa - Helena Castro de Alencar; Editora - Verônica Barros; Subeditoras - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; Repórteres - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho e Amanda Silva (estagiária); Fotografia: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, Lourival Maia, Sabrina Nóbrega e Kerol Correia (estagiária); Diagramação e Editoração Eletrônica: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. Nosso e-mail: scom@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Art. 1º Os valores dos vencimentos-base dos cargos efetivos do Tribunal de Contas, bem como os valores dos vencimentos-base e das representações dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, nos termos das Leis nº 12.595, de 4 de junho de 2004, nº 12.600, de 14 de junho de 2004, nº 15.011, de 20 de junho de 2013, nº 15.450, de 29 de dezembro de 2014, e nº 16.039, de 10 de maio de 2017, ficam reajustados em 3,7% (três inteiros e sete décimos por cento).

Parágrafo único. O percentual estabelecido no caput aplica-se às parcelas autônomas de vantagem pessoal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar do dia primeiro de abril de 2018, data base fixada no art. 82-A, da Lei nº 12.595, de 4 de junho de 2004, e nos termos da Lei nº 12.600, de 14 de junho de 2004, conforme inciso X, do art. 37 da Constituição Federal.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 10 de maio do ano de 2018, 202º da
Revolução Republicana Constitucionalista e 196º da Independência do Brasil.

PASTOR CLEITON COLLINS
Presidente em exercício

Ato

ATO Nº 672/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Ofícios n.ºs 21, 36, 37/2018, do Deputado Waldemar Borges, RESOLVE: exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.º 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
DIEGO SALES DE OLIVEIRA	Assistente Parlamentar/PL-APC	-----	----
MARIANA TELES FERNANDES	-----	Assessor Especial/PL-ASC	57%
BRÁS IVAN COSTA SANTOS	-----	Assistente Parlamentar/PL-APC	29%

Sala Torres Galvão, 10 de maio de 2018.

Deputado PASTOR CLEITON COLLINS
Presidente em Exercício

Ata

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES

ÀS 18 HORAS DE 8 DE MAIO DE 2018, NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA, LOCALIZADO NO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ANTÔNIO MORAES, ERIBERTO MEDEIROS, ISALTINO NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, PASTOR CLEITON COLLINS, ROBERTA ARRAES, ROGÉRIO LEÃO, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA E ZÉ MAURÍCIO, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JADEVAL DE LIMA, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, MARCANTÔNIO DOURADO, NILTON MOTA, ODACY AMORIM, PAULINHO TOMÉ, PEDRO SERAFIM NETO, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROMÁRIO DIAS, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA INICIA A SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE 10 ANOS DE ATIVIDADES DO BLOG EDMAR LYRA, DE INICIATIVA DA DEPUTADA ROBERTA ARRAES. COMPÕE-SE A MESA DOS TRABALHOS. O PRESIDENTE ABRE A REUNIÃO. OUVI-SE O HINO NACIONAL. O PRESIDENTE APONTA O COMPROMISSO DO BLOG COM A QUALIDADE DAS NOTÍCIAS. A DEPUTADA ROBERTA ARRAES QUALIFICA O BLOG COMO REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA PARA OS ATORES POLÍTICOS DO ESTADO. OCORRE APRESENTAÇÃO MUSICAL. REGISTRAM-SE PRESENCAS. A DEPUTADA ROBERTA ARRAES ENTREGA PLACA COMEMORATIVA A EDMAR LYRA. REGISTRAM-SE MAIS PRESENCAS. OCORRE NOVA APRESENTAÇÃO MUSICAL. EDMAR LYRA INDICA A BOA APROXIMAÇÃO COM OS PARLAMENTARES. REGISTRAM-SE O RECEBIMENTO DE MENSAGENS DE SAUDAÇÕES AO HOMENAGEADO E MAIS PRESENCAS. OUVI-SE O HINO DO ESTADO. O PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO, CONVIDA OS PRESENTES A UM COQUETEL NO SALÃO DE ACESSO AO AUDITÓRIO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA AMANHÃ NO HORÁRIO REGIMENTAL NESTE PLENÁRIO.

Expediente

QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2018.

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 6274, 6275 E 6279 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 1924, 1947 e 1923.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6276 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 1924.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6277 - DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 1907.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6278 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 535.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 229/2018 - DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO RECIFE E GERENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, na conta vinculada ao contrato de financiamento nº 0346.077-39, firmado com o Governo do Estado de Pernambuco.

Às 2ª e 7ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 235/18 - DO GERENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0301.544-37, firmado com o Governo de Pernambuco.

Às 2ª e 7ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 041/2018 - DO LÍDER DA BANCADA DE OPOSIÇÃO indicando os membros da Comissão Especial com o objetivo de elaborar Medidas na Segurança Pública, os Deputados Bispo Ossésio Silva e Júlio Cavalcanti, como membros titulares e os Deputados Silvio Costa Filho e Priscila Krause, como membros suplentes.

À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 042/2018 - DO LÍDER DA BANCADA DE OPOSIÇÃO indicando os membros da Comissão Especial com o objetivo de elaborar Plano Hídrico do Semiárido, os Deputados Álvaro Porto e Socorro Pimentel, como membros titulares e os Deputados Edilson Silva e José Humberto Cavalcanti, como membros suplentes.

À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 68/2018 - DA DEPUTADA ROBERTA ARRAES solicitando o cancelamento do Grande Expediente Especial, que seria realizado no dia 17 de maio do corrente ano, através do Requerimento nº 4579. Inteirada.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0098/2018 - DA COMISSÃO ESPECIAL DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA encaminhando Relatório Final de Atividades da Comissão Especial para acompanhar de perto o Planejamento e a Execução das Obras de Mobilidade e Acessibilidade Urbana no Estado de Pernambuco.

À Publicação.

X X X X X X X X X X

COMUNICADOS NºS 228600 A 228699 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Às 2ª e 5ª Comissões.

X X X X X X X X X X

Ofícios

Ofício nº 041/2018

Recife, 09 de maio de 2018.

Exmo. Sr. Guilherme Uchôa
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Exmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando cordialmente, na qualidade de Líder da bancada da Oposição venho por intermédio deste indicar os Titulares Suplentes da Comissão Especial com o objetivo de elaborar Medidas na Segurança Pública.

Titulares:

Dep. Bispo Ossesio Silva
Dep. Júlio Cavalcanti

Suplentes:

Dep. Silvio Costa Filho
Dep. Priscila Krause

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar os nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Silvio Costa Filho
Líder da Oposição

Ofício nº 042/2018

Recife, 09 de maio de 2018.

Exmo. Sr. Guilherme Uchôa
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Exmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando cordialmente, na qualidade de Líder da bancada da Oposição venho por intermédio deste indicar os Titulares Suplentes da Comissão Especial com o objetivo de elaborar Plano Hídrico do Semiárido.

Titulares:

Dep. Socorro Pimentel
Dep. Álvaro Porto

Suplentes:

Dep. Edilson Silva
Dep. José Humberto Cavalcanti

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar os nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Silvio Costa Filho
Líder da Oposição

Projetos

Projeto de Resolução Nº 1957/2018

Título de Cidadão

Ementa: Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao surfista Fábio Martins Gouveia

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao surfista Fábio Martins Gouveia

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Fábio Martins Gouveia nasceu em Bananeiras em 26 de agosto de 1969 e é um surfista e boardmaker. Foi campeão brasileiro e mundial de surf amador, duas vezes campeão brasileiro de surf profissional e campeão do World Qualifying Series (WQS). Paraibano, atualmente, domiciliado em Florianópolis por motivo de trabalho, é reconhecido como um ícone do esporte no Brasil e no Mundo.

Seu amor por Recife vem de criança, desde a época em que vinha pegar vãos no aeroporto dos Guararapes até vim surfar no litoral pernambucano, em 1984. Em 87 encontrou sua alma gêmea, a pernambucana Elka Gouveia, com quem se casou e teve três filhos, todos em Pernambuco. Amante da cultura pernambucana, morou oficialmente no Estado de 1992 a 2002, migrando para Florianópolis em função da evolução do surfe. Torcedor fiel do Sport Clube do Recife, vem sempre ao estado para rever a família, que permanece aqui, ou assistir a um jogo, surfar e renovar as energias. O coração é de Pernambuco, porém – por conta dos compromissos com o esporte – viaja o mundo todo buscando sempre as melhores ondas do planeta.

Fábio Gouveia é hoje considerado um dos surfistas mais bem sucedidos do Brasil, de sua geração, campeão mundial amador em 1988, e ranquiado na 5º posição em 1992 no Circuito Internacional Profissional (WCT), sendo um dos responsáveis pela valorização do surf no Brasil e pelo reconhecimento internacional do surf brasileiro.

Criado em João Pessoa, começou a surfar aos 13 anos de idade . Cinco anos depois, foi Campeão Brasileiro Amador em 1987. E em 1988, foi surpreendentemente, Campeão Mundial Amador, tornando-se o primeiro surfista brasileiro a conquistar um título mundial de qualquer tipo. Profissionalizou-se em 1989 e finalizando sua primeira temporada como profissional, entre os 35 melhores classificados e eleito o novato do ano.

Ganhou seu primeiro evento do World Tour, em 1990, Hang Loose Pro Contest – Guarujá/SP. Evoluiu de forma constante ao longo dos três anos seguintes, terminando em 25º em 1990, 13º em 1991 e quinto em 1992, durante este período conquistou quatro eventos, incluindo o Winning Surfer, última etapa da temporada de 1991, em Sunset Beach, Hawaii.

Em 1996, caiu para a 37ª posição ficando fora elite profissional. Contudo, em 1998, Fábio Gouveia foi campeão da World Qualifying Series e mais uma vez, ganhou um lugar na elite profissional. Também em 1998 conquistou seu primeiro título nacional, feito que repetiu em 2005. Competiu profissionalmente até 2009, quando decidiu se afastar dos eventos profissionais.

Shaper amador desde os 14 anos, Gouveia confeccionou seu próprio equipamento durante seus anos como surfista profissional. Com o fim da carreira como surfista profissional, tornou-se boardmaker com a Fábio Gouveia Shape & Design.

Fábio Gouveia tem a sua trajetória no surf contada em um documentário: Fábio Fabuloso, dirigido por Pedro César, Ricardo Bocão e Antônio Ricardo.

Inspirados no desportista paraibano, vários atletas pernambucanos buscam se destacar no esporte, dentre eles Ian Gouveia, filho de Fábio Gouveia, único representante do Estado nas competições internacionais de surfe, atualmente.

Sala das Reuniões, em 10 de abril de 2018.

Isaltino Nascimento
Deputado

Às 1ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1958/2018

Ementa: Altera o art. 6º da Lei nº 14.916, de 18 de janeiro de 2013, que concede às pessoas com deficiência gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, a fim de garantir o prévio direito de defesa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 14.916, de 18 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O uso indevido do benefício de que trata a presente Lei acarretará o cancelamento do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso, sem prejuízo da comunicação dos fatos às autoridades competentes e das sanções penais cabíveis. (NR)

§ 1º

§ 2º A penalidade disposta no *caput* somente poderá ser aplicada após a comprovação do uso indevido, garantido ao usuário o direito de ampla defesa. (NR)

§ 3º Deverá ser concedido um prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da notificação do usuário, que poderá ser realizada pessoalmente ou por qualquer meio idóneo de comunicação, para a apresentação de defesa. (NR)

§ 4º

§ 5º As penalidades dispostas no *caput* não excluem a aplicação das penalidades civis e criminais cabíveis, que serão avaliadas pelas autoridades competentes. (AC)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Muitos são os relatos de usuárias(os) que têm o Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso (VEM Livre Acesso) bloqueado e que passam meses sem o direito à gratuidade das passagens em transportes coletivos no âmbito das linhas integrantes do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife (STPP/RMR) devido à demora do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife Ltda. (CTM) em comprovar o uso indevido.

Assim, a alteração na Lei nº 14.916, de 18 de janeiro de 2013, ora proposta, tem por finalidade fortalecer o direito de locomoção das pessoas com deficiência e garantir sua defesa antes do cerceamento de um direito tão relevante como o garantido na citada lei.

Entendemos que não se adequa a um Estado Democrático de Direito, como se propõe a ser o nosso, a supressão de direitos sem oportunizar ao cidadão prejudicado o direito a defesa prévia. No caso, entendemos inadequado permitir que o CTM cancele de forma unilateral, sem analisar as alegações/justificativas do usuário, sob o argumento de uso indevido, o VEM Livre Acesso.

São perfeitamente aplicáveis a esse cenário os preceitos constitucionais que asseguram o contraditório e o direito de defesa em processo judicial e administrativo e o direito ao devido processo legal, nos termos dos incisos LIV e LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Este projeto de lei em nada interfere na delegação do serviço de transporte público de passageiros na RMR, bem com não provoca desequilíbrio econômico-financeiro, não havendo que se falar em iniciativa privativa do Governador. O único intuito é evitar o cerceamento de direito de forma arbitrária.

Assim, entendemos salutar alterar a Lei nº 14.916, de 2013, a fim de explicitar que o cancelamento e apreensão do VEM Livre Acesso somente poderá ocorrer depois de oportunizado o direito de defesa ao usuário.

Diante do exposto, solicito o valeroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2018.

Edilson Silva
Deputado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 9ª e 11ª Comissões.

Pareceres de Comissões

Parecer Nº 6280/2018

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA.

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária de Nº. 1918/2018.

Emenda nº. 01/2018.

Autor do Projeto: Governador do Estado

EMENTA: A presente Proposição Normativa de iniciativa do Governador do Estado visa modificar a Lei Nº. 15.063, de 4 de setembro de 2013, tornando obrigatório o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação por parte dos contribuintes do ICMS que recebem incentivos fiscais, bem como o fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE, dando outras providências. **PELA APROVAÇÃO.**

1. Relatório

Submetido a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, para realização de análise e elaboração de parecer, ao Projeto de Lei Ordinária de Nº. 1918/2018, juntamente com a emenda nº. 01/2018, ambos de autoria do Governador do Estado.

O Poder Executivo no âmbito do seu poder, nos termos do Art. 23, IX, da CF e no Art. 19, II e VI da CE/89, encaminha a essa casa o Projeto de Lei Ordinária de Nº. 1918/2018, juntamente com a emenda nº. 01/2018, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que visa modificar a Lei Nº. 15.063, de 4 de setembro de 2013, tornando obrigatório o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação por parte dos contribuintes do ICMS que recebem incentivos fiscais, bem como o fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE. A presente proposição altera a redação do art. 4º tornando-o mais objetivo em sua ação requisitória, bem como o art. 6º da mesma, direcionando expressivamente a que se destina a utilização do fundo INOVAR-PE, também são acrescentados ao Art. 7º dois incisos (VII – Secretária da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação (AC) e o VII – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD Dipер. (AC), e um terceiro parágrafo que trata da gestão dos recursos não reembolsáveis do fundo INOVAR-PE, bem como, faz alteração nos parágrafos §1º e §2º do Art.7º dando-lhes nova redação.

É o Relatório.

2. Parecer do Relator

Em atenção ao que determina o art. 103, I desta Casa Legislativa, que compete a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática a emissão dos pareceres dos projetos de leis que lhes são submetidos.

A presente propositura está amparada pelo Art. 19, caput, da CE e no Art. 194, II do regimento interno desta Assembleia Legislativa. A Proposição Normativa de iniciativa do Governador do Estado que visa modificar a Lei Nº. 15.063, de 4 de setembro de 2013, tornando obrigatório o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação por parte dos contribuintes do ICMS que recebem incentivos fiscais, bem como o fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE. A falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento é a ponta do iceberg dos problemas de desenvolvimento do país tirando-lhe a capacidade de competitividade na economia global, comprometendo o crescimento sustentável da economia nacional. O Brasil vem sistematicamente apresentando baixa performance quando o assunto é inovação, mesmo com os parques tecnológicos já existentes. O quadro é ainda agravado pela recessão que assolou o país nos últimos tempos e que afetou profundamente as universidades públicas e institutos de pesquisa com a retirada do investimento no setor. O certo é que está nas mãos do governo e prefeituras, bem como da iniciativa privada a adoção de um amplo programa de investimento voltado para o fomento da Ciência, Tecnologia e a inovação em Pernambuco para que o Estado possa competir satisfatoriamente no mercado global. A FACEPE Tem como missão institucional promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Pernambuco, por meio do fomento à ciência, tecnologia e inovação, mantendo estreita sintonia com o atendimento às suas necessidades socioeconômicas O fomento em questão desenvolve-se, principalmente, por meio da concessão de financiamento não reembolsável para o custeio de atividades de formação de recursos humanos de alto nível ou de projetos de pesquisa científica ou tecnológica realizados em instituições de pesquisa ou em empresas localizadas em Pernambuco. A iniciativa favorecerá na prática, a cartilha do Governo intitulada: **ESTRATÉGIA de Ciência, Tecnologia e Inovação Para Pernambuco 2017-2022** que em sua apresentação destacam-se as palavras de Lúcia Carvalho Pinto de Melo (Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco) sobre a importância dessa implementação *“As transformações desejadas, para as quais a presente Estratégia visa contribuir, ainda que lentas, não são impossíveis de serem alcançadas. No entanto, será necessário implantar políticas e munir-se dos instrumentos adequados, e, acima de tudo, estimular a instituição de nova mentalidade e de novos compromissos, inclusive financeiros, pactuados entre governo, empresas e academia ,favorecendo o pleno desenvolvimento do Sistema Pernambucano de Inovação – SPIn na direção de um Pernambuco inovador no curto e no longo prazo. Para preparar o Estado para esse novo perfil concorrencial, faz-se imprescindível dar condições efetivas para que as nossas empresas se insiram competitivamente, com níveis de produtividade compatíveis com os apontados pela nova matriz tecnológica que vem se consolidando. Finalmente, cabe destacar que, em adição ao cenário global de mudanças aqui exploradas, toma-se como referência fundamental no desenho da presente estratégia, o contexto da formação econômica e territorial de cada região do estado, juntamente com a cultura e os valores de suas populações. Isso inspira as trajetórias e apostas a serem perseguidas, de modo a assegurar uma estratégia com identidade própria para Pernambuco, que seja localmente inspirada e globalmente conectada”*. A matéria hora em tramitação nessa casa já foi analisada e a sua constitucionalidade aferida pela Comissão de Constituição, Legislação de Justiça, tendo obtido um parecer favorável, portanto, essa comissão segue o mesmo entendimento e vota a favor da aprovação desse Projeto de Lei complementar de Nº. 1918/2018, juntamente com a emenda nº. 01/2018, ambos do Governador do Estado. entendendo que virá a atender as necessidades de investimento e fomento da ciência, Tecnologia e Inovação em Pernambuco. É válido salientar que essa mudança não acarretará aumento de despesas para o Estado de Pernambuco.

João Eudes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Assim sendo, esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática segue **pela APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária de Nº. 1918/2018, com a inclusão da emenda nº. 01/2018, ambos de autoria do Governador do Estado, que visa modificar a Lei Nº. 15.063, de 4 de setembro de 2013, tornando obrigatório o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação por parte dos contribuintes do ICMS que recebem incentivos fiscais, bem como o fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE

Sala da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, em 10 de maio de 2018.

Presidente: João Eudes.

Relator : João Eudes.

Favoráveis os (3) deputados: João Eudes, Julio Cavalcanti, Waldemar Borges.

Parecer Nº 6281/2018

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA.

Parecer ao Substitutivo Nº. 01/2018, ao Projeto de Lei Ordinária Nº. 1922/2018.

Autoria do Governador do Estado

EMENTA: Proposição Normativa de iniciativa do Governador do Estado visa alterar dando uma nova redação aos Arts. 1º, 2º da Lei nº 12.985, de 2 de janeiro de 2006, dando nova redação aos mesmos, estabelecendo princípios que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informática de Governo - SEIG, acrescentando subdivisões que define os efeitos da referida lei, a Política de Tecnologia da Informação e suas finalidades; estabelecendo os princípios dessa política. A composição da SEIG, e competências dos órgãos que a integram, dando outras providências. **Substitutivo:** Altera a redação e acrescenta dispositivos ao projeto de Lei Ordinária nº. 1922/2018, de autoria do Governador do Estado. **PELA APROVAÇÃO.**

1. Relatório

Distribuído a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, para realização de análise e elaboração de parecer ao Substitutivo nº. 01/2018, referente ao Projeto de Lei Ordinária Nº. 1922/2018, de autoria do Governador do Estado.

O Poder Executivo no âmbito do seu poder, nos termos do Art. 23, IX, da CF e no Art. 19, II e VI da CE/89, encaminha a essa casa o Substitutivo que visa alterar os Arts. 1º, 2º da Lei nº 12.985, de 2 de janeiro de 2006, dando nova redação aos mesmos, estabelecendo algumas definições que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informática de Governo - SEIG, acrescentando subdivisões que define os efeitos da referida lei, a Política de Tecnologia da Informação e suas finalidades; determinando os princípios norteadores dessa política, a composição da SEIG, e competências dos órgãos que a integram, visando uma maior compatibilização do SEIG com as estruturas vigentes no organograma do Estado, objetivando, o aperfeiçoamento na estrutura de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Poder Executivo Estadual, satisfazendo a necessidades administrativas para a plenitude de sua execução não gerando aumento de despesa orçamentária. O Projeto de Lei Ordinária tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime de Urgência, conforme disciplina o art. 223, III, do Regimento Interno.

É o Relatório.

2. Parecer do Relator

Em atenção ao que determina o art. 103, I desta Casa Legislativa, que compete a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática a emissão dos pareceres dos projetos de leis que lhes são submetidos.

A presente propositura está amparada pelo Art. 19, caput, da CE e no Art. 194, II do regimento interno desta Assembleia Legislativa. A Proposição Normativa de iniciativa do Governador do Estado que tem por objetivo alterar os Arts. 1º, 2º da Lei nº 12.985, de 2 de janeiro de 2006, dando nova redação aos mesmos, estabelecendo algumas definições que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informática de Governo - SEIG, acrescentando subdivisões importantes que define os efeitos da referida lei, a Política de Tecnologia da Informação e suas finalidades; determinando os princípios norteadores dessa política, a composição da SEIG, e competências dos órgãos que a integram, visando uma maior compatibilização do SEIG com as estruturas vigentes no organograma do Estado, objetivando, o aperfeiçoamento na estrutura de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Poder Executivo Estadual, satisfazendo a necessidades administrativas para a plenitude de sua execução. A matéria hora em tramitação nessa casa já foi analisada e a sua constitucionalidade aferida pela Comissão de Constituição, Legislação de Justiça, tendo obtido um parecer favorável, portanto essa Comissão segue o mesmo entendimento e **vota a favor da aprovação desse Substitutivo nº. 01/2018 ao Projeto de Lei complementar de Nº. 11922/2018**, entendendo que não há prejuízos para o erário, uma vez que não gera aumento de despesa orçamentária para Estado de Pernambuco.

Julio Cavalcanti
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Assim sendo, esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática segue pela **APROVAÇÃO** nos exatos termos do **Substitutivo nº. 01/2018 ao Projeto de Lei complementar de Nº. 1922/2018**, de iniciativa do Governador do Estado, que tem por objetivo alterar os Arts. 1º, 2º da Lei nº 12.985, de 2 de janeiro de 2006, dando nova redação aos mesmos, dispondo sobre o Sistema Estadual de Informática de Governo – **SEIG**.

Sala da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, em 10 de maio de 2018.

Presidente: João Eudes.

Relator : Julio Cavalcanti.

Favoráveis os (3) deputados: João Eudes, Julio Cavalcanti, Waldemar Borges.

Parecer Nº 6282/2018

1-Relatório.

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1.850/2018, de autoria do Deputado Zé Maurício.

A proposição tem por objetivo tornar obrigatória a realização de avaliação física, por profissional de Educação Física, para o desenvolvimento de programa de exercícios, de atividades físicas e desportivas nos estabelecimentos que indica.

Na sequência, determina que o profissional de Educação Física solicite avaliação médica especializada caso identifique indivíduos sintomáticos ou com fatores de risco para doenças que podem ser agravadas pela atividade física, sendo que é vedada a exigência de que essa avaliação seja realizada por médico específico.

Além disso, assegura que as informações serão mantidas em sigilo e o beneficiário será notificado da importância da veracidade das informações por ele prestadas.

Por fim, estabelece sanções em razão do descumprimento dos dispositivos da lei a que se refere.

No âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, o projeto recebeu a Emenda Modificativa nº 01/2018, a qual busca suprimir vedação à cobrança do serviço de avaliação física presente na proposta original. Essa vedação não é cabível pelo fato de a cobrança do serviço ser matéria de Direito Civil, competência exclusiva da União, nos termos do artigo 22, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

2-Parecer do Relator.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nos termos dos artigos 93, inciso I, e 104, incisos I e II, da Resolução nº 905/2008, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, emitir parecer sobre a presente proposição.

A proposição apresentada vai ao encontro do entendimento firmado pelo órgão competente na regulação da matéria, o Conselho Federal de Educação Física (Confef), a quem cabe normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades pertinentes à área de Educação Física, nos termos da Lei Federal nº 9.696/1998.

A relação que se dá, entre os alunos e os estabelecimentos em epígrafe, é de consumo, devendo obediência ao que dispõe a Constituição Estadual:

Art. 143. Cabe ao Estado promover, nos termos do art. 170, V da Constituição da República, a defesa do consumidor, mediante:

I - política governamental de acesso ao consumo e de promoção dos interesses e direitos dos consumidores;

II - legislação suplementar específica sobre produção e consumo; [...].

Por seu turno, o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990) estabelece, em seu artigo 4º, que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

O projeto de lei, por promover matéria de interesse dos consumidores, com vistas a ser convertido em lei específica, atende à Constituição Estadual e à legislação consumerista.

A obrigatoriedade de realização de avaliação física tem como finalidade a proteção do consumidor, na medida em que evitará a prática de exercícios de forma inadvertida quanto a suas condições de saúde.

A vedação à exigência de que a avaliação médica seja realizada por médico específico também atende à legislação de consumo, no sentido de garantir o direito de escolha do aluno, que poderá eleger um profissional de sua confiança.

As demais disposições, tais como a pertinente ao sigilo das informações e a que traz penalidades, estão em sintonia com tudo o que foi apresentado no projeto, merecendo prosperar igualmente no âmbito desta Comissão.

Sendo assim, levando em consideração os argumentos apresentados e por não encontrar óbices do ponto de vista econômico, declaro-me favorável, no mérito, à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.850/2018 juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2018.

Ricardo Costa
Deputado

3- Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo declara que o Projeto de Lei Ordinária nº 1.850/2018, de autoria do Deputado Zé Maurício, juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, estão em condições de serem aprovados.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 10 de maio de 2018.

Presidente: Aluísio Lessa.

Relator : Ricardo Costa.

Favoráveis os (3) deputados: João Eudes, Ricardo Costa, Rogério Leão.

Parecer Nº 6283/2018

1 – Relatório.

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2018, oriundo da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.852/2018, de autoria do Deputado Adalto Santos.

A proposição original visa à prevenção de assédio e abuso sexual nos meios de transportes coletivos intermunicipais, por meio da fixação de cartazes de conscientização.

Todavia, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, o projeto recebeu o Substitutivo nº 01/2018 a fim de sanar alguns vícios formais que o maculariam no decorrer do processo legislativo e para aperfeiçoar sua redação.

2 - Parecer do Relator

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nos termos dos artigos 93, inciso I, e 104, inciso I – ordem econômica, da Resolução nº 905/2008, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, emitir parecer sobre a presente proposição.

A proposição é um substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça à proposta original do Deputado Adalto Santos. Contudo as modificações realizadas não desvirtuaram o conteúdo inicial, apenas sanando alguns vícios formais.

A proposta em análise é meritória dado que possui a intenção de alertar, conscientizar e enfrentar crimes sexuais cometidos no interior do transporte público por meio de campanhas de conscientização e orientação às mulheres, bem como mediante treinamento dos funcionários.

Quanto ao mérito, busca concretizar a defesa do consumidor, postulado da Ordem Econômica justa propugnada no artigo 170, inciso V, da Constituição Federal. Ademais, sob o prisma da Constituição Estadual, em seu artigo 143, também cabe ao Estado promover a defesa do consumidor, mediante legislação suplementar específica sobre produção e consumo, entre outras formas.

Art. 143. Cabe ao Estado promover, nos termos do artigo 170, V, da Constituição da República, a defesa do consumidor, mediante:

...

V - pesquisa, informação e divulgação de dados sobre consumo, preços e qualidade de bens e serviços, **prevenção, conscientização e orientação do consumidor**, com o intuito de evitar que venha a sofrer danos e motivá-lo a exercer a defesa de seus direitos;

Sendo assim, levando em consideração os argumentos apresentados e por não encontrar óbices do ponto de vista econômico, declaro-me favorável, no mérito, à aprovação do Substitutivo nº 01/2018, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.852/2018, de autoria do Deputado Adalto Santos.

João Eudes
Deputado

3 - Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo declara que o Substitutivo nº 01/2018, de iniciativa da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.852/2018, de autoria do Deputado Adalto Santos, está em condições de serem aprovados.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 10 de maio de 2018.

Presidente: Aluísio Lessa.

Relator : João Eudes.

Favoráveis os (3) deputados: João Eudes, Ricardo Costa, Rogério Leão.

Parecer Nº 6284/2018

1 – Relatório.

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1.918/2018, oriundo do Poder Executivo, juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/218, de autoria do Poder Executivo.

A propositura veio encaminhada por meio da Mensagem nº 25/2018, datada de 11 de abril de 2018 e assinada pelo Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara.

O projeto em análise promove alterações na Lei nº 15.063/2013, a qual disciplina o funcionamento do Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco - INOVAR-PE.

Modifica-se a redação do artigo 4º, que trata dos instrumentos de inovação passíveis de fomento, além de se incluir, no artigo 7º a participação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - AD Diper.

Também se troca a coordenação do Comitê Deliberativo, atualmente atribuída à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Todavia, foi proposta uma emenda modificativa, pelo próprio autor, modificando o artigo 6º da citada lei, para que fique expresso que os recursos do Fundo INOVAR-PE serão utilizados em projetos de inovação em microempresas e empresas de pequeno porte.

2 - Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual, no artigo 192 e no artigo 194, inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no cumprimento de suas finalidades, emitir parecer sobre a presente proposição, com fulcro nos artigos 93 e 104, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, pois envolve matéria relacionada à ordem econômica.

O projeto em análise promove alterações na lei estadual nº 15.063/2013 visando a “atender as necessidades de investimento e fomento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Pernambuco”, conforme justificativa apresentada pelo autor.

Tal lei trata da instituição e funcionamento do Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – Fundo INOVAR-PE, cujo objetivo é “prover o Estado de Pernambuco com novos instrumentos de fomento à inovação, complementares aos instrumentos já existentes nos sistemas nacional e estadual de fomento à ciência, à tecnologia e à inovação”, conforme dispõe seu art. 4º.

A proposição altera essa definição, a fim de permitir a utilização do Fundo não apenas com novos instrumentos, mas também com os já existentes, ampliando assim seu espectro de utilização.

Também a composição do Comitê Deliberativo foi alterada, incluindo-se a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - AD Diper.

Outra modificação importante foi a mudança da coordenação do Comitê, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Vê-se, portanto, que as modificações buscam a melhor configuração para administrar o referido Fundo e seus programas associados, motivo pelo qual se mostra projeto de relevada importância.

Em 2013, quando da aprovação do projeto que originou a Lei 15.063/2013, esta comissão reconheceu o objetivo de promover “a consolidação de um forte sistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação”. Atualmente essa motivação permanece ainda com mais vigor diante do cenário de recuperação econômica.

Por fim, a Emenda Modificativa nº 01/2018, proposta pelo Poder Executivo, altera o artigo 6º da lei em comento para que fique expresso que os recursos do Fundo INOVAR-PE serão utilizados em projetos de inovação em microempresas e empresas de pequeno porte.

As modificações buscam a melhor configuração para administrar o referido Fundo e seus programas associados, motivo pelo qual se mostra projeto de relevada importância.

Conclui-se, dessa forma, que o projeto está oportunamente alinhado com a persecução do desenvolvimento econômico por parte do Estado de Pernambuco. Dessa forma, opino no sentido de que o parecer desta Comissão seja pela aprovação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei Ordinária nº 1.918/2018, oriundo do Poder Executivo, juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2018, de autoria do Governador do Estado.

Rogério Leão
Deputado

3 - Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo declara que o Projeto de Lei Ordinária nº 1.918/2018, de autoria do Governador do Estado, juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2018, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 10 de maio de 2018.

Presidente: Aluísio Lessa.

Relator : Rogério Leão.

Favoráveis os (3) deputados: João Eudes, Ricardo Costa, Rogério Leão.

Indicações

Indicação Nº 11234/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde de Pernambuco, José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de combate a proliferação do mosquito transmissor Aedes Aegypti, no Município de **Escada**, com o objetivo único de prevenir nova epidemia do Zika vírus.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Paulo Câmara,, -; Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de Pernambuco, Raul Henry,, -; Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado, José Iran Costa Júnior,, -; Exmo. Sr. Prefeito de Escada, Luércio Jorge Gomes Pereira da Silva, -; Ilmo. Sr. AURELIANO RUFINO DE ANDRADE FILHO,, -; Ilma. Sra. BRUNA SILVA DE MOURA,, -; Exmo. Sr. DEDA MÓVEIS - VER. DE ESCADA,, -; Ilmo. Sr. EMANUEL FERREIRA DA SILVA,, -; Ilmo.Sr. RIVALDO JORGE,, -.

Justificativa

Solicitamos à secretaria de saúde atenção especial em relação à necessidade de intensificar as ações de combate à proliferação do mosquito transmissor Aedes Aegypti, tendo em vista os 81 novos casos de pacientes apresentando os sintomas do Zika Vírus em Pernambuco neste início de ano. Desse total, 13 já foram confirmados.

O Brasil viveu uma epidemia de doenças como dengue, febre chikungunya e o zika vírus nos últimos dois anos e o Estado de Pernambuco esteve entre os com maior incidência. Tais doenças são transmitidas pelo mosquito Aedes Aegypti e é necessário prevenir uma nova epidemia.

A prevenção, em todos os casos, está ligada a evitar o contato com o vetor. Medidas já conhecidas, como não deixar água acumulada em latas, pneus, vasos de plantas, entre outros, se assegurar de que a caixa d’água está bem tampada e limpar calhas, previnem a formação de criadouros do mosquito.

Alguns grupos tem o risco de desenvolver quadros mais graves das três doenças. Crianças, obesos, idosos e hipertensos devem ter uma atenção maior.

No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de maio de 2018.

Pedro Serafim Neto
Deputado

Indicação Nº 11235/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, extensivo ao Secretário das Cidades, Sr. Francisco Antônio Souza Papaléo, bem como ao Diretor-Presidente da CELPE, Sr. Antônio Carlos Sanches, no sentido de que viabilize a instalação da iluminação pública no Assentamento Nossa Senhora do Carmo, localizado nas proximidades do povoado Cruzeiro do Nordeste, na Zona Rural do município de Sertânia/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador de Pernambuco; Francisco Antônio Souza Papaléo, Secretário das Cidades; Antônio Carlos Sanches, Diretor-Presidente da CELPE.

Justificativa

Esta proposição objetiva solicitar a instalação da iluminação pública no Assentamento Nossa Senhora do Carmo, localizado nas proximidades do povoado Cruzeiro do Nordeste, na Zona Rural do município de Sertânia/PE.

A iluminação pública tem grande importância no desenvolvimento das comunidades rurais, visto que essa impacta diretamente na segurança do local. Com a chegada do horário noturno, a escuridão ganha espaço e facilita a ação de criminosos.

O deslocamento em locais não iluminados também é prejudicado pela falta de luz, fazendo com que moradores que dependem de serviços em outra localidade no período noturno fiquem prejudicados. A dificuldade na acessibilidade de portadores de deficiência é agravada por este motivo.

Por representar relevante pleito, peço a aprovação dos ilustres pares na presente proposição.

Sala das Reuniões, em 8 de maio de 2018.

Eduíno Brito
Deputado

Indicação Nº 11236/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Anderson Ferreira Prefeito de Jaboatão dos Guararapes no sentido de implantar uma linha de Vila Dois Carneiros para Barra de Jangada no referido município.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Anderson Ferreira, Prefeito de Jaboatão dos Guararapes; Exmo. Sr.Vereador Adeildo da Igreja, Presidente da Câmara de Jaboatão dos Guararapes; Ilma. Sra. Vera Figueiredo, Funcionária Pública.

Justificativa

Os cidadãos, residentes e domiciliados nas proximidades de Vila Dois Carneiros e Barra de Jangada solicitam a designação de uma linha de ônibus que transite entre os referidos bairros. Em virtude de não se ter uma linha que atenda as necessidades da população residente nesta localidade, o deslocamento de estudantes e trabalhadores se torna mais oneroso, vez que os mesmos têm que utilizar cerca de dois coletivos por dia para conseguirem chegar ao destino.

Sala das Reuniões, em 9 de maio de 2018.

Socorro Pimentel
Deputada

Indicação Nº 11237/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Anderson Ferreira Prefeito de Jaboatão dos Guararapes no sentido de reformar as escadarias do Bairro de Vila Dois Carneiros.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Anderson Ferreira, Prefeito de Jaboatão dos Guararapes; Exmo. Sr.Vereador Adeildo da Igreja, Presidente da Câmara de Jaboatão dos Guararapes; Ilma. Sra. Vera Figueiredo, Funcionária Pública.

Justificativa

Devido a condição precária, os moradores do Bairro Vila Dois Carneiros em Jaboatão dos Guararapes, fazem um apelo para que as escadarias compreendidas entre a Rua 01 e a Rua 23 no referido bairro, que estão deterioradas pelo uso e ação do tempo e principalmente pela falta de manutenção sejam reformadas e contempladas com corremão. Pelo exposto, solicito de V. Exa. análise a situação, pois muitos moradores estão impossibilitados de saírem de suas residências, pois problemas de locomoção e a condição das escadarias não permitem o direito de ir e vir.

Sala das Reuniões, em 9 de maio de 2018.

Socorro Pimentel
Deputada

Indicação Nº 11238/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo Sr. Anderson Ferreira Prefeito de Jaboatão dos Guararapes no sentido de reformar e reativar a Unidade de Saúde do Bairro de Vila Dois Carneiros.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Anderson Ferreira, Prefeito de Jaboatão dos Guararapes; Ilma. Sra. Vera Figueiredo, Funcionária Pública.

Justificativa

A falta de uma Unidade de Saúde no referido bairro torna precária a assistencia à saúde para sua população. A reforma e reativação da Unidade de Saúde do bairro Vila de Dois Carneiros, garantirá a crianças, jovens e adultos um desenvolvendo saudável, através de um atendimento digno e de qualidade proporcionando a toda comunidade melhorias gerais.

Sala das Reuniões, em 9 de maio de 2018.

Socorro Pimentel
Deputada

Indicação Nº 11239/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de Santa Cruz.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Magnus Henrique Lopes, Bispo Diocesano de Salgueiro; Eliane Maria da Silva Soares, Prefeita do Município de Santa Cruz; Rilberto Rodrigues Coelho, Vice-Prefeito do Município de Santa Cruz; José Ion de Souza, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Cícera Josefa de Carvalho, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Cledjane Tavares Rodrigues, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Carlos Frederico de Queiroz Romeiro, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Luciano Nunes Gomes, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Maria Ferreira da Silva, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Francisco Alencar Amaral, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Telvando Rodrigues Soares, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz; Cunegunde Filgueira Cavalcante, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz.

Justificativa

A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização.

Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município.

A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva.

Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentido de aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
--

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11240/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de São João.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) José Genaldi Ferreira Zumba, Prefeito do Município de São João; Geraldo Pereira de Lucena, Vice-Prefeito do Município de São João; José Edvaldo da Silva Gonçalves, Vereador; Heleno Dantas de Lima, Vereador; João Luiz Cordeiro, Vereador; Maria Joseneuda de Assis da Silva, Vereadora; Marcos Germano Dias Ramos Junior, Vereador; Mairkon Flannckyn Correia, Vereador; Manoel Pereira da Cruz, Vereador; Pierre André Rocha Santiago, Vereador; José Elias Sobral Zumba, Vereador; Rosineide de Moura Leite, Vereadora; Antônio Carlos da Silva, Vereador.

Justificativa

A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização.

Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município.

A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva.

Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentido de aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
--

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11241/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e a Excelentíssima Senhora Secretária de Turismo, Esporte e Lazer, **Manuela Marinho**, no sentido de incluir na Atividade Ampliação da Infraestrutura para a prática esportiva do município de Trindade.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Magnus Henrique Lopes, Bispo Diocesano de Salgueiro; Dr. Antônio Everton Soares Costa, Prefeito; Jaécio Sá, Vice-Prefeito; Ubirajara Araripe Andrade, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Thayse Thacyanne Lins da Cunha, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Raimundo Bernardo de Sena Junior, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Alan Johnes de Moraes Galdino, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Derisvan Alves da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Francisco de Assis Pereira Freire, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Havana Helena de Farias, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; José Lopes Benício, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Kilon Peixoto de Alencar Neto, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Maurício Elias do Nascimento, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Nadja Pollyana do Nascimento Sá, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade; Domingos Pedro da Silva, Padre Pároco; Rádio Pop Brasil FM, Diretoria; CDL Trindade, Diretoria; SM Gesso, Diretoria; João Leocádio Sobrinho, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Trindade.

Justificativa

A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado.

Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio *"Mente Sane Incorpore Sane"*, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população.

O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas.

Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
--

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11242/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e a Excelentíssima Senhora Secretária de Turismo, Esporte e Lazer, **Manuela Marinho**, no sentido de incluir na Atividade Ampliação da Infraestrutura para a prática esportiva do município de Surubim.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Francisco de Assis Dantas de Lucena, Bispo da Diocese de Nazaré; Ana Célia Cabral, Prefeita; Guilherme Nobrega, Vice-Prefeito; Fabio Barbosa, Ex-Vice-Prefeito e Diretor da Rádio Integração FM; Fabrício Brito, Vereador Presidente da Câmara Municipal; Marco Negromonte da Silva, Vereador; Nailton Lima de Arruda, Vereador; Josefa Albanice de Aguiar, Vereadora; Geraldo Severino Lira da Silva, Vereador; Josivaldo Jose da Silva, Vereador; Luciano Medeiros Filho, Vereador; Frederico Jorge Gomes Lafayette, Vereador; Anabel Alves Negromonte, Vereadora; Itamar Carlos Pereira, Vereador; Micherlan Wellington Arruda do Rego, Vereador; Ivete Ramos da Silva Pereira, Vereadora; Rosélia Maria dos Anjos e Silva, Vereadora.

Justificativa

A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado.

Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio *"Mente Sane Incorpore Sane"*, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população.

O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas.

Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
--

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11243/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e a Excelentíssima Senhora Secretária de Turismo, Esporte e Lazer, **Manuela Marinho**, no sentido de incluir na Atividade Ampliação da Infraestrutura para a prática esportiva do município de Goiana.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Osvaldo Rabelo Filho, Prefeito Licenciado do Município de Goiana; Eduardo Honório Carneiro, Prefeito em exercício do Município de Goiana; Carlos Alberto dos Santos Viegas Junior, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Goiana; André Ferreira de Souza, Vereador; Arnaldo Albuquerque ee Oliveira, Vereador; Bruno Carvalho Salsa, Vereador; José Vicente Rodrigues, Vereador; Flávio Rodrigues Alves, Vereador; Jairson Marinho de Souza, Vereador; Laercio José Melo da Silva, Vereador; José Marcos da Silva, Vereador; Olga Luiza de Sena Tavares,

Vereadora; Henrique Fenelon de Barros Neto, Vereador; Renato Sandré Pereira Soares, Vereador; José Firmino Torres Filho, Vereador; Josemar Leite de Brito, Vereador; Marcos Alexandre Soares de Almeida, Vereador; Dr. Alexandre Falbo, Diretor do Hospital Belarmino Correia; Simone Maia, Liderança Política; Goiana FM Ltda., Diretoria e Radialista; Maravilha FM Ltda., Diretoria e Radialista; Padre José Edson Alexandre Ferreira, Pároco; Padre Genilson Sousa da Silva, Vigário Paroquial; Pedro Paulo Torchia de Lima Correia, Presidente do Sindicato dos Taxistas da Cidade de Paulista; Rádio Nova FM, Diretoria; Frederico Guilherme, Procurador Geral do município de Goiana; Emanuel Rosa, Secretário de Saúde do município de Goiana; Roberto Pereira, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural; Alcides França, Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana; Gilberto Miranda, Gerente da Unimed no município de Goiana; Petrônio Siqueira, Assessor; Osvaldo Vieira de Melo, Assessor Especial.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado. Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio <i>"Mente Sane Incorpore Sane"</i>, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população. O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas. Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11244/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e a Excelentíssima Senhora Secretária de Turismo, Esporte e Lazer, **Manuela Marinho**, no sentido de incluir na Atividade Ampliação da Infraestrutura para a prática esportiva do município de Camocim de São Félix. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Bernardino Marchió, Bispo da Diocese de Caruaru; Giorge do Carmo Bezerra, Prefeito do Município de Camocim de São Félix; Sóstenes Rubano Neves Pontes, Vice-Prefeito do Município de Camocim de São Félix; Luciano José da Silva Assis, Vereador; Edimilson Gomes de Souza, Vereador; José Severino de Carvalho, Vereador; Emanuel Caetano de Menezes, Vereador; Ivanize Bezerra Fonseca, Vereadora; José Jacó Alves da Cunha, Vereador; Mailde Moura de Franca, Vereadora; Manoel Fernandito do Nascimento, Vereador; Marlene Edite Batista da Silva, Vereadora; Pedro João dos Santos, Vereador; Sivaldo João da Silva, Vereador; Frei Ricardo Nunes de Barros, Administrador Paroquial.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado. Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio <i>"Mente Sane Incorpore Sane"</i>, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população. O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas. Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11245/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de Primavera. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dayse Juliana dos Santos, Prefeita do Município de Primavera; Luiz Carlos de Sales Souza, Vice-Prefeita do Município de Primavera; Jadson Cavalcanti de Almeida Falcão, Vereador; Bruno Tadeu Oliveira Guanabara, Vereador; Felipe de Souza Raposo, Vereador; Severino Ramos da Silva, Vereador; Jorge Luiz Alves de Melo, Vereador; Elinaldo Brito do Nascimento Junior, Vereador; José Luciano Alves Cabral, Vereador; Antônio Olegário Filho, Vereador; Ivanildo Jacinto de Lima, Vereador; Padre Alberto José Falcão de Lira, Pároco.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização. Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município. A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva. Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentindo de aprovação em Plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11246/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de Flores. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Egidio Bisol, Bispo; Marconi Martins Santana, Prefeito do Município de Flores; Cicero Moizes dos Santos, Vice-Prefeito do Município de Flores; Luiz Heleno Alves Ferreira, Presidente da Câmara de Vereadores de Flores; Adeilton Carneiro Patriota, Vereador; José Alberto Cavalcanti Ribeiro, Vereador; Francisco Minervino da Silva, Vereador; Valdenir Vieira Claudino, Vereador; Ana Flavia Pessoa de Paiva Santana, Vereadora; Jeane Pereira Bezerra, Vereadora; Manoel Luiz de Lima, Vereador; Onofre de Souza, Vereador; Patrícia dos Santos Cardim, Vereadora; José Pereira da Silva, Vereador; Rádio Florescer, Diretoria.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização. Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município. A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva. Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentindo de aprovação em Plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11247/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de Sairé. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Magnús Henrique Lopes, Bispo Diocesano de Salgueiro; Francisco Ricardo Soares Ramos, Prefeito do Município de Ouricuri; Gildevania Coelho De Melo Gomes, Vice-Prefeita do Município de Ouricuri; Marcelo Bezerra Cavalcanti, Empresário; Adêlucia Clea Feitosa Delmondes, Vereadora Presidente da Câmara de Vereadores de Ouricuri; José Alexandre de Souza, Vereador; Carlos Francisco Ferreira Nunes, Vereador; Cicero Coelho da Silva, Vereador; Delvani Silva Sobral, Vereadora; José Raimundo da Silva, Vereador; Everaldo Valério Teixeira, Vereador; José Silva de Oliveira, Vereador; Marciva Leite Dantas, Vereadora; João Soares Filho, Vereador; Gildejanio Coelho de Melo, Vereador; Francisco Airan da Silva Severo, Vereador; Daniel de Oliveira Araujo, Vereador; Ivaldo Pereira do Vale, Vereador; Falconeri Costa Holanda Neto, Vereador.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado. Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio <i>"Mente Sane Incorpore Sane"</i>, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população. O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas. Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11248/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado, **Wellington Batista da Silva**, no sentido de incluir no Programa de Desenvolvimento de Ações Específicas voltadas as Culturas da Agricultura Familiar, o município de Escada. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Antônio Fernando Saburido, Arcebispo da Diocese de Olinda e Recife; Lucrécio Jorge Gomes Pereira da Silva, Prefeito do Município de Escada; Ivanildo Bezerra dos Santos, Vice-Prefeito do Município de Escada; José Alves, Secretário Municipal; Elias Ribeiro de Carvalho, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Escada; Antônio Rufino da Costa Rodrigues, Vereador; Catia Maria da Rocha Santos, Vereadora; Arlindo Pereira Oliveira Filho, Vereador; José Eduardo Freitas da Silva, Vereador; Fernando Antônio de Souza, Vereador; Gilcelio Monteiro da Silva, Vereador; Roberto Barreto do Nascimento, Vereador; Karoly Feledi Barbosa, Vereadora; José Marcos da Silva, Vereador; Sandra Valéria Rodrigues Vieira do Nascimento, Vereadora; Josivaldo José Bezerra, Padre da Igreja Nossa Senhora da Apresentação; Robson Soares da Silva, Padre da Igreja Sagrado Coração de Jesus; Josadaque Eliaquim, Liderança; Fernando Luiz Maia, Liderança; José Macedônio Soares, Liderança.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como finalidade desenvolver no município acima referido, as ações visando uma maior produtividade na Agricultura Familiar, através de técnicas agrícolas mais avançadas. Isto porque sabemos que o PRONAF é um programa dos mais efetivos no país, responsável por mais da metade da sua produção agrícola, e sua implementação aqui no estado será da maior importância para que a agricultura familiar se desenvolva ainda mais. Dando como justificada a nossa proposição, que consideramos como das mais justas, e oportunas para melhorar seus índices de crescimento, temos a certeza que o pleito contido em seu bojo, refletirá positivamente na economia do município e do estado. Ante tais considerações, e dando como justificada a propositura em pauta, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares, na Casa Joaquim Nabuco, que a acolham a proposição no sentido de sua aprovação em Plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11249/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e a Excelentíssima Senhora Secretária de Turismo, Esporte e Lazer, **Manuela Marinho**, no sentido de incluir na Atividade Ampliação da Infraestrutura para a prática esportiva do município de Condado. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Francisco de Assis Dantas de Lucena, Bispo da Diocese de Nazaré; Antônio Cassiano da Silva, Prefeito do Município de Condado; Jannyclea Marques de Araújo, Vice-Prefeita do Município de Condado; Elias Gomes da Silva, Vereador; José Fernando Ferreira do Nascimento, Vereador; José Lucas Netto Schuler de Menezes, Vereador; Edinaldo do Nascimento da Silva Filho, Vereador; Manuel Agostinho Barbosa Neto, Vereador; Pedro Andrade da Silva Filho, Vereador; Samuel Vieira de Andrade, Vereador; Sandra Feliciano de Oliveira Silva, Vereadora; Dauberton Gomes de Araújo Filho, Vereador; Valter Melo de Sousa Filho, Vereador; Genivaldo Marinho de Barros, Vereador; Padre Maurício Silva do Nascimento, Pároco.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado. Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio <i>"Mente Sane Incorpore Sane"</i>, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população. O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas. Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado. Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio <i>"Mente Sane Incorpore Sane"</i>, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população. O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas. Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11249/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e a Excelentíssima Senhora Secretária de Turismo, Esporte e Lazer, **Manuela Marinho**, no sentido de incluir na Atividade Ampliação da Infraestrutura para a prática esportiva do município de Ouricuri. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Magnús Henrique Lopes, Bispo Diocesano de Salgueiro; Francisco Ricardo Soares Ramos, Prefeito do Município de Ouricuri; Gildevania Coelho De Melo Gomes, Vice-Prefeita do Município de Ouricuri; Marcelo Bezerra Cavalcanti, Empresário; Adêlucia Clea Feitosa Delmondes, Vereadora Presidente da Câmara de Vereadores de Ouricuri; José Alexandre de Souza, Vereador; Carlos Francisco Ferreira Nunes, Vereador; Cicero Coelho da Silva, Vereador; Delvani Silva Sobral, Vereadora; José Raimundo da Silva, Vereador; Everaldo Valério Teixeira, Vereador; José Silva de Oliveira, Vereador; Marciva Leite Dantas, Vereadora; João Soares Filho, Vereador; Gildejanio Coelho de Melo, Vereador; Francisco Airan da Silva Severo, Vereador; Daniel de Oliveira Araujo, Vereador; Ivaldo Pereira do Vale, Vereador; Falconeri Costa Holanda Neto, Vereador.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo melhorar e qualificar a prática esportiva no município acima citado. Dessa forma, haverá maiores condições para o município se aperfeiçoar, de maneira a cumprir o binômio <i>"Mente Sane Incorpore Sane"</i>, o que contribuirá na melhoria para uma vida mais saudável e mais ativa de sua população. O atendimento deste pleito é de significativa importância para centenas de pessoas que residem no referido município, haja vista que o esporte e o lazer devem estar sempre presentes em suas vidas. Dando como justificada a nossa indicação, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, na casa Joaquim Nabuco, que a acolham no sentido de sua aprovação em plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.
Ricardo Costa Deputado

Indicação Nº 11250/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de Sairé. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) José Fernando Pergentino de Barros, Prefeito do Município de Sairé; Natanael Ferreira da Silva, Vice-Prefeito do Município de Sairé; Zacarias Gesse Pereira dos Santos, Vereador; Francisco Pergentino de Barros, Vereador; Danubio Evangelista Vieira, Vereador; Edilson Jose Bezerra de Barros, Vereador; Gildo Pontes de Arruda, Vereador; Ozeias Caetano da Silva, Vereador; Valdete Bezerra da Silva Neves, Vereadora; Severino Fernandes da Silva, Vereador; Manoel Herculano da Silva, Vereador.

Justificativa
<p>A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização.</p>

Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município.

A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva.

Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentido de aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11251/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado, **Wellington Batista da Silva**, no sentido de incluir no Programa de Desenvolvimento de Ações Específicas voltadas as Culturas da Agricultura Familiar, o município de Gravatá.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Bernardino Marchiô, Bispo da Diocese de Caruaru; Joaquim Neto de Andrade Silva, Prefeito do Município de Gravatá; Henrique Danilo Ferreira de Melo, Vice-Prefeito do Município de Gravatá; Leonardo José da Silva, Vereador Presidente da Câmara de Vereadores de Gravatá; Gilvando Rodrigues Soares, Vereador; Josenildo Pereira da Silva Quirino, Vereador; José Gustavo Gomes dos Santos, Vereador; Paulo Apolinário da Silva Junior, Vereador; Leonardo Cottard Giestosa, Vereador; Marcelo Pereira da Silva, Vereador; José Luís da Silva Alves, Vereador; José Romildo da Silva, Vereador; Rafael Leôncio da Silva, Vereador; Valeriano Bezerra da Silva, Vereador; Severino de Farias e Silva, Vereador; Reginaldo Pereira da Silva, Vereador; Antônio Manoel dos Santos, Vereador; José Sivaldo Ferreira, Vereador; Rádio Gravatá FM, Diretoria e Radialistas; Paróquia São Pedro e São Paulo, Pároco; Padre Joao Bosco Costa, Administrador da Área; Padre Fernando de Lima Silva, Administrador da Área.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como finalidade desenvolver no município acima referido, as ações visando uma maior produtividade na Agricultura Familiar, através de técnicas agrícolas mais avançadas.

Isto porque sabemos que o PRONAF é um programa dos mais efetivos no país, responsável por mais da metade da sua produção agrícola, e sua implementação aqui no estado será da maior importância para que a agricultura familiar se desenvolva ainda mais.

Dando como justificada a nossa proposição, que consideramos como das mais justas, e oportunas para melhorar seus índices de crescimento, temos a certeza que o pleito contido em seu bojo, refletirá positivamente na economia do município e do estado. Ante tais considerações, e dando como justificada a propositura em pauta, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares, na Casa Joaquim Nabuco, que a acolham a proposição no sentido de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11252/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado, **Wellington Batista da Silva**, no sentido de incluir no Programa de Desenvolvimento de Ações Específicas voltadas as Culturas da Agricultura Familiar, o município de Limoeiro.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom. Francisco de Assis Dantas de Lucena, Bispo; João Luís Ferreira Filho, Prefeito do Município de Limoeiro; Marcelo da Motta Silveira, Vice-Prefeito do Município de Limoeiro; Maria da Batalha de Melo, Vereadora; Edvaldo Correia da Silva, Vereador; Roberto Marques da Silva, Vereador; Severino Alexandre de Aguiar, Vereador; Daniel Paulo de Moura, Vereador; Jairo João Pereira, Vereador; Juarez Antônio da Cunha, Vereador; Luiz Antonio Teobaldo Cavalcanti, Vereador; Marcos Sergio Barbosa da Silva, Vereador; Marcos Andre da Silva Paz, Vereador; Roberto Luiz Freitas Galvão Junior, Vereador; José Ronaldo de Moraes Souza, Vereador; José Higino Correia de Oliveira Neto, Vereador; Zélia Maria Barbosa Marques, Vereadora; José Zozimo de Albuquerque Oliveira, Vereador; Padre Osmair José Collazziol, Pároco; Padre Elias Roque da Silva, Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Apresentação; Anael Antônio Henrique de Figueiredo, Vig. Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Apresentação; Padre José Raimundo Barbosa de Araújo, Pároco; Padre. Alfonso Pontoglio, Vig. Paroquial; Alexandre Queralvares., Rádio Cultural FM de Limoeiro; Gonçalves Filho, Rádio Cultural FM de Limoeiro; Jairo do Rádio, Rádio Cultural FM de Limoeiro; Câmara de Dirigente Lojistas de Limoeiro, Diretoria; Rádio Difusora Jornal do Comércio em Limoeiro/PE, Direção; José de Assis Pedrosa, Empresário; Rádio Surubim AM, Diretoria; Associação Comercial de Surubim, Diretoria; Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Surubim, Diretoria.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como finalidade desenvolver no município acima referido, as ações visando uma maior produtividade na Agricultura Familiar, através de técnicas agrícolas mais avançadas. Isto porque sabemos que o PRONAF é um programa dos mais efetivos no país, responsável por mais da metade da sua produção agrícola, e sua implementação aqui no estado será da maior importância para que a agricultura familiar se desenvolva ainda mais. Dando como justificada a nossa proposição, que consideramos como das mais justas, e oportunas para melhorar seus índices de crescimento, temos a certeza que o pleito contido em seu bojo, refletirá positivamente na economia do município e do estado. Ante tais considerações, e dando como justificada a propositura em pauta, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares, na Casa Joaquim Nabuco, que a acolham a proposição no sentido de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11253/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado, **Wellington Batista da Silva**, no sentido de incluir no Programa de Desenvolvimento de Ações Específicas voltadas as Culturas da Agricultura Familiar, o município de Moreno.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Edvaldo Rufino de Melo e Silva, Prefeito do Município de Moreno; Arthur Victor Cavalcanti de Mendonça Carvalho, Vice-Prefeito do Município de Moreno; Adiel Magno da Silva, Vereador; Admilson Barbosa de Figueirêdo, Vereador; Ana Maria Matos dos Santos, Vereadora; Cidicley Silva de Melo, Vereador; José Eduardo da Silva, Vereador; Edvan Francisco de Oliveira, Vereador; Ricardo José de Lima, Vereador; Josivaldo Nunes Muniz, Vereador; Mozart Claudio Bruno, Vereador; Rubem Nascimento de Lima, Vereador; Cleivson Antonio Gomes de Lima, Vereador; Sanclair Pedro Vieira Costa, Dentista; Eduardo Maranhão, Empresário.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como finalidade desenvolver no município acima referido, as ações visando uma maior produtividade na Agricultura Familiar, através de técnicas agrícolas mais avançadas. Isto porque sabemos que o PRONAF é um programa dos mais efetivos no país, responsável por mais da metade da sua produção agrícola, e sua implementação aqui no estado será da maior importância para que a agricultura familiar se desenvolva ainda mais. Dando como justificada a nossa proposição, que consideramos como das mais justas, e oportunas para melhorar seus índices de crescimento, temos a certeza que o pleito contido em seu bojo, refletirá positivamente na economia do município e do estado. Ante tais considerações, e dando como justificada a propositura em pauta, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares, na Casa Joaquim Nabuco, que a acolham a proposição no sentido de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11254/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado, **Wellington Batista da Silva**, no sentido de incluir no Programa de Desenvolvimento de Ações Específicas voltadas as Culturas da Agricultura Familiar, o município de Arcoverde.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Maria Madalena Santos de Britto, Prefeita do Município de Arcoverde; Wellington José Pereira de Araújo, Vice-Prefeito do Município de Arcoverde; Celia Almeida Cardoso, Vereadora; Cleriane Alves de Lima Freitas, Vereadora; Cybele Gomes Cavalcanti Brito, Vereadora; Everaldo de Lira Cavalcanti, Vereador; Geraldo Vaz Cavalcanti, Vereador; João Heriberto Ouriques da Silva, Vereador; João Batista Stampini Alves Souza, Vereador; Luiza Margarida de Jesus, Vereadora; Weverton Barros de Siqueira, Vereador; Zirleide Monteiro Cavalcanti Torres, Vereadora; Igreja Batista da Boa Vista, Pastor Presidente.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como finalidade desenvolver no município acima referido, as ações visando uma maior produtividade na Agricultura Familiar, através de técnicas agrícolas mais avançadas. Isto porque sabemos que o PRONAF é um programa dos mais efetivos no país, responsável por mais da metade da sua produção agrícola, e sua implementação aqui no estado será da maior importância para que a agricultura familiar se desenvolva ainda mais. Dando como justificada a nossa proposição, que consideramos como das mais justas, e oportunas para melhorar seus índices de crescimento, temos a certeza que o pleito contido em seu bojo, refletirá positivamente na economia do município e do estado. Ante tais considerações, e dando como justificada a propositura em pauta, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares, na Casa Joaquim Nabuco, que a acolham a proposição no sentido de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11255/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado, **Wellington Batista da Silva**, no sentido de incluir no Programa de Desenvolvimento de Ações Específicas voltadas as Culturas da Agricultura Familiar, o município de Carnaíba.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Egidio Bisol, Bispo; José de Anchieta Gomes Patriota, Prefeito; Jose Júnior Gomes Tenório, Vice-Prefeito; Irenildo Pereira dos Santos, Vereador Presidente da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Alex Mendes da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; José de Anchieta Marques Siqueira, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Antonio Joaquim de Andrade, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Antonio Ferreira do Nascimento, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Vanderbio Quixabeira da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Cicero Batista Lima, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Gleybson Roberto da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; José Adilson da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Aloisio Lisboa Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Victor Esteves Patriota, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como finalidade desenvolver no município acima referido, as ações visando uma maior produtividade na Agricultura Familiar, através de técnicas agrícolas mais avançadas. Isto porque sabemos que o PRONAF é um programa dos mais efetivos no país, responsável por mais da metade da sua produção agrícola, e sua implementação aqui no estado será da maior importância para que a agricultura familiar se desenvolva ainda mais. Dando como justificada a nossa proposição, que consideramos como das mais justas, e oportunas para melhorar seus índices de crescimento, temos a certeza que o pleito contido em seu bojo, refletirá positivamente na economia do município e do estado. Ante tais considerações, e dando como justificada a propositura em pauta, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares, na Casa Joaquim Nabuco, que a acolham a proposição no sentido de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11256/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de Ipubi.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Magnus Henrique Lopes, Bispo Diocesano de Salgueiro; Francisco Rubensmário Chaves Siqueira, Prefeito do Município de Ipubi; João Coutinho de Alencar Filho, Vice-Prefeito do Município de Ipubi; Afoncio Ferreira Cavalcante, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Damião Lourenço da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Damásio Siqueira Silva, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Socorro Fabricio Medeiros Gomes, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Francisco Gilson Rodrigues, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Josenildo Gomes de Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Leontina Pereira Delmondes, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Nájila Damacena Pereira, Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Erisvaldo Pereira da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Venildo Fernandes Feitosa, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Paulo José Sarmento, Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Ipubi; Luciano Lima, Padre da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Alan Ricardo Gomes de Andrade, Advogado; Maria Luciene Gomes dos Santos Andrade, Coordenadora da Escola Estadual Arão Peixoto.

Justificativa

A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização. Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município. A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva. Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentido de aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 11257/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de Serrita.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Magnus Henrique Lopes, Bispo Diocesano de Salgueiro; Erivaldo Oliveira Santos, Prefeito do Município de Serrita; Francisco Tadeu de Sá, Vice-Prefeito do Município de Serrita; Carlos Pedro da Cruz, Vereador; Carlos Sampaio Peixoto, Vereador; Francisco Romão Sampaio Angelim, Vereador; Daniele Saraiva Sampaio Peixoto, Vereadora; Flório Coelho Sampaio, Vereador; Erick Eduardo de Araújo Ferreira, Vereador; Galdino Cruz Sampaio, Vereador; Isac Sampaio da Silva, Vereador; Rennan Manoel de Oliveira, Vereador; Saulo Josué Martins de Souza, Vereador; José de Anchieta Oliveira Cruz, Vereador; Padre José Ricardino, Pároco; Sebastião Benedito dos Santos, Empresário; Luiz Arthur Rufino Sampaio Santos, Estudante; Eva Jailma de Sá, Médica.

Justificativa
A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização. Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município. A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva. Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentido de aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa Deputado
Requerimentos

Requerimento Nº 4942/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o Artigo “Os dois DAVIS – O Retrato da Justiça no Brasil” Publicado no site “Revista Sociedade Militar” em https://www.sociedademilitar.com.br/wp/2018/05/os-dois-davis-o-retrato-da-justica-no-brasil.html

Justificativa

Todos os dias surgem casos que demonstram como o sistema criminal brasileiro é falho; são criminosos confessos que respondem em liberdade o processo, mesmo já tendo sido condenados em instancias inferiores, A população em geral não entende como pode alguém praticar crimes e permanecer impune durante vários anos, como ocorre cotidianamente no nosso País. Em verdade, até os operadores do direito ficam sem entender como pode existir um sistema criminal que “legaliza” a impunidade. O artigo em tela mostra exatamente isso que vivemos. Portanto segue na íntegra o Referido Artigo: Os dois DAVIS – O Retrato da Justiça no Brasil É, infelizmente o retrato da justiça no nosso país, onde se retarda ao máximo a punição, prejudicando a segurança e liberdade dos cidadãos honestos.

DAVI COSTA MARTINS hoje tem 18 anos e nasceu em 13 de dezembro de 1999, em São Luís do Maranhão.

Quando adolescente praticou os seguintes “Atos infracionais”
Segundo o Site Revista Sociedade militar

- Em 17.12.2014 – roubo qualificado pelo concurso de pessoas;
- Em 23.05.2015 – roubo qualificado pelo emprego de arma;
- Em 01.04.2016 – ameaça;
- Em 07.04.2016 – roubo qualificado pelo emprego de arma;
- Em 18.04.2016 – roubo qualificado pelo emprego de arma;
- Em 03.05.2016 – ameaça;
- Em 18.05.2016 – ameaça;
- Em 13.07.2016 – homicídio tentado;
- Em 07.09.2016 – dano contra o patrimônio público;
- Em 20.12.2016 – desacato;
- Em 04.08.2017 – roubo;
- Em 06.11.2017 – porte ilegal de arma de fogo de uso permitido;
- Em 28.11.2017 – tráfico de drogas;

Em 13.12.2017 Davi completou a sua maioridade penal.

Já maior, neste ano de 2018, foi preso em 13 de fevereiro, por Tráfico de Drogas, mas foi liberado de ofício pelo juiz da 2ª Vara de Entorpecentes em 16 de março, afirmando ser ele primário e que a prisão é exceção no Brasil, somente podendo ser decretada em situações extremas.

Foi preso novamente três dias depois, em 19 de março, por Porte ilegal de arma de fogo, mas dois dias depois, em 21 de março, durante audiência de custódia, lhe foi concedida a liberdade provisória mediante monitoramento eletrônico, pois a juíza entendeu que a prisão preventiva é medida extrema, e, portanto, excessiva ao caso.

No dia 11 de abril o juiz foi informado sobre a violação da sua tornozeleira eletrônica. No dia 03 de maio informaram sobre mais uma violação do seu dispositivo de monitoração. Apesar dos reiterados descumprimentos a prisão não é automática, pois é uma medida extrema e precisa ser avaliada com calma pelo juiz antes de decretá-la.

No dia 05 de maio deste mês ele cometeu, juntamente com dois comparsas, crime de Latrocínio Consumado, levando pertences de várias pessoas e tirando a vida de outro DAVI, o delegado de policia federal Davi Farias de Aragão.

DAVI, a vítima, tinha 36 anos de idade e morreu em São Luís do Maranhão, enquanto comemorava o aniversário de cinco anos da sua filha, juntamente com a família.

DAVI, o criminoso, fugiu. Pelo menos Ate o dia 07 de maio Continuava em liberdade. Nunca foi julgado por nenhum dos seus crimes. Continua primário. E a prisão continua sendo Medida Extrema no Brasil...

Texto recebido de um COLABORADOR da revista que preferiu o anonimato, porém essa matéria foi amplamente divulgada nas redes sociais a exemplo do **portal G1, Agência Brasil EBC, Agência Maranhão de Notícias, veja.abril.com.br, GloboNews e vários outros Jornais Televisivos e Impressos.**

Sala das Reuniões, em 9 de maio de 2018.

Alberto Feitosa Deputado
Requerimento Nº 4943/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, um **Voto de Congratulações** pelo transcurso do “**Dia do Atleta Olímpico**”, que será comemorado no próximo dia 23 de junho do corrente.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Leandro Cruz Fróes da Silva, Ministro do Esporte; Paulo Câmara, Governado do Estado de Pernambuco; Raul Jean Louis Henry Júnior, Vice-Governador; Manuela Marinho, Secretária de Turismo, Esporte e Lazer do Estado de Pernambuco; Comitê Olímpico do Brasil, Presidência; Yane Marques, Vice-presidente da Comissão de Atletas do CBO; Joana Maranhão, Atleta Olímpica; Danielle Rodrigues Lins, Atleta Olímpica; Fátima Barros Martins, Presidente da ANMPE; Jaciano Delmiro da Silva, Presidente da Federação Pernambucana de Judô; Projeto Peti, Diretoria; Academia de Luta Livre (FPLA), Diretoria; Projeto de luta Federação Pernambucana de Lutas Associadas (FPLA), Diretoria; Projeto PETI, Diretoria; Associação Nagai, Diretoria; José Fernandes da Silva, Presidente da Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Estado de Pernambuco - AGAP-PE; Ramon, Sindicato dos Atletas Profissionais de Futebol e Demais Modalidades – PE; Ivan Brondi, Presidente do Clube Náutico Capibaribe; Arnaldo Barros,, Presidente do Sport Clube do Recife; Alirio Rio, Presidente do Santa Cruz Futebol Clube; Fred Figueiroa, Colunista de Esportes do Diário de Pernambuco; Eduardo Azevedo, Editor do caderno de Esportes do Jornal do Commercio; Marcos Leandro, Editor do caderno de Esportes do Jornal do Commercio; José Neves Cabral, Editor do caderno Esportes da Folha de Pernambuco; Geison Macedo, Editor do caderno Esportes da Folha de Pernambuco; Marcos Antônio Gonçalves de Lima, Jornalista.

Justificativa

A proposição que estamos encaminhando a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa tem como finalidade homenagear os atletas olímpicos, pela passagem do dia a eles dedicado.

Os referidos atletas bem que merecem este Voto de Congratulações que ora estamos pleiteando a esta Casa Legislativa. Isto porque, no seu dia a dia o empenho, esforço físico e psicológico, além de muita disciplina, fatores indispensáveis para o seu sucesso, nas provas que vão disputar. Só isso justificaria este Voto, mas existe ainda o galardão que vêm a receber representando por medalhas de ouro, prata ou bronze, que engrandece a Nação a nível mundial, nos esportes olímpicos.

Dando como justificado o requerimento em tela, é que nos dirigimos aos nossos ilustres pares que conosco têm assento nesta Assembleia Legislativa, para solicitar-lhes a necessária acolhida ao mesmo, no sentido de sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa Deputado
Requerimento Nº 4947/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, um **Voto de Aplauso** a cantora pernambucana, **Cristina Amaral**, que será homenageada pelo “Projeto Noite Nordestina”, no Catamaran, pela sua trajetória e grande contribuição para a cultura nordestina, no dia de hoje, 10 de maio do corrente.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Raul Henry, Vice-Governador de Pernambuco Estado; Marcelino Granja, Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco; Manuela Marinho, Secretária de Turismo Esporte e Lazer do Estado de Pernambuco; Cristina Amaral, Cantora e Compositora; Fabiana “a Pimentinha do Nordeste”, Cantora; Seu Rosa, Banda; André Rio, Cantor e Compositor; Arnaldo do Côco, Artista; Maracatu Nação Pernambuco, Diretoria; Forrozeiros Pé de Serra, Sociedade; Marim dos Caetés, Diretoria; Bloco As Saboeiras na Folia, Diretoria; Família Salustiano e Rabeca Encantada, Diretoria; Belas Mariás, Diretoria; Grupo Bongar, Diretoria; Adelman dos Passos, Artista; Luciano Padilha, Cantor e Compositor; Maestro Duda e sua Orquestra, Diretoria; TCM Confraria dos Amigos, Diretoria; TCM Bacalhau do Beco, Diretoria; Batuque Usina, Diretoria; Boi Manhoso, Diretoria; Centro Cultural Farol da Vila, Diretoria; Maracatu Carnavalesco Leão Coroado, Diretoria; Toni Garrido, Artista; Banda Dessinée, Diretoria; Getúlio Cavalcanti, Artista.; Ferrugem, Artista.; Romero Pernambucano, Artista; Banda Som Brasileiro, Diretoria; Boi de Mainha, Diretoria; Orquestra Embarca Som, Diretoria; Luciano Magno, Artista; Aderval Barros, Diretor Geral da Rádio Olinda/PE; Alceu Valença, Cantor e Compositor; Novinho da Paraíba, Cantor e Compositor; Jorge de Altinho, Cantor e Compositor; Adilson Ramos, Cantor; Rominho Pimentel, Cantor.

Justificativa

O requerimento que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa, é a forma que encontramos de homenagear Cristina Amaral, cantora das melhores do país, que canta com a alma, o cancioneiro nordestino.

Aqui no nosso Estado ela vem participando dos melhores shows de música da terra, que vai desde o xaxado ao baião, transitando por músicas de forró. Mas graças ao seu enorme talento faz incursões também, por outras áreas das canções brasileiras.

Dando como justificado o presente requerimento, é que estamos nos dirigindo aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, solicitando-lhes o seu acolhimento, no intuito de sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa Deputado
Requerimento Nº 4945/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um **Voto de Congratulações pelo Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura**, celebrado no dia 26 de junho de 2018.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Antônio Fernando Saburido, Arcebispo; Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Raul Henry, Vice-Governador de Pernambuco; Roberto Franca Filho, Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado; Pedro Eurico de Barros e Silva, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado; Ângelo Fernandes Gioia, Secretario da Defesa Social; Defensoria Pública do estado de Pernambuco, Defensor Geral; José Iran Costa Júnior, Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco; Frederico Amâncio, Secretário de Educação do Estado de Pernambuco; Casa de Passagem Ana Vasconcelos, Diretoria; CDH Garanhuns, Diretoria; CEAS Rural, Diretoria; CENDHEC Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, Diretoria; Centro de Mulheres do Cabo, Diretoria; Conselho Regional de Psicologia, Diretoria; Movimento Tortura Nunca Mais, Diretoria; Comissão de Direitos Humanos da OAB/PE, Diretoria.

Justificativa

A propositura que ora estamos enviando a Mesa Diretora desta Casa, objetiva destacar a data acima referida, como forma de lembrar e combater a tortura, que é uma prática que ataca a integridade física e a dignidade psicológica das pessoas.

A criação desta data foi uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1997, como homenagem e marco da assinatura da **Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes**, firmada em 26 de junho de 1987.

Mulheres, homens e crianças são torturados diariamente ao redor do mundo, afetando diretamente a dignidade e a humanidade dessas pessoas.

O principal objetivo desta data é justamente tentar combater esta prática horrível, além de oferecer total apoio às vítimas de tortura.

A tortura continua a ser praticada por muitas nações como força de punição, principalmente em países ditatoriais. Mas, infelizmente, também está presente em diversos outros espectros da sociedade, inclusive as democráticas.

Por assim ser, é que estamos solicitando a Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, um Voto de Congratulações pelo transcurso do “Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura”.

Como parlamentar não podemos deixar passar em branco esta data tão importante, restando solicitar dos nossos ilustres pares a devida acolhida, no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa Deputado
Requerimento Nº 4946/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um **Voto de Congratulações pelo Dia Internacional contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas**, celebrado no dia 26 de junho de 2018.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Antônio Fernando Saburido, Arcebispo; Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Raul Henry, Vice-Governador de Pernambuco; Cloves Benevides, Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado; Pedro Eurico de Barros e Silva, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado; Ângelo Fernandes Gioia, Secretario da Defesa Social; Defensoria Pública do estado de Pernambuco, Defensor Geral; José Iran Costa Júnior, Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco; Frederico Amâncio, Secretário de Educação do Estado de Pernambuco; FISIOMED, Gestor; FISIOCENTER, Gestor; NÚCLEO DE ENSINO E REABILITAÇÃO NERE, Gestor; CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, Gestor; SENEUP CENTRO DE REABILITAÇÃO, Gestor; CENTRO DE PREVENÇÃO AS DEPENDÊNCIAS, Gestor; INTERCENTER, Gestor; INSTITUTO RAID, Gestor; CENTRO INTEGRADO DE MEDICINA E REABILITAÇÃO, Gestor; HYDRO MASTER REABILITAÇÃO INTEGRADA, Gestor.

Justificativa

A propositura que ora estamos enviando a Mesa Diretora desta Casa, objetiva homenagear a data acima referida, devido à importância deste tema para a sociedade.

O Dia Internacional contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas foi criado a partir da resolução 42/112 da Organização das Nações Unidas, em 1987. A resolução também foi o ponto de partida para a implementação da **Conferência Internacional sobre o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas**, que ocorreu em 26 de junho de 1987.

Como o próprio nome sugere, nesta data o principal objetivo é travar uma discussão com a comunidade para conscientizar o combate contra o uso de drogas ilícitas, principalmente entre os adolescentes e jovens.

O diálogo com as lideranças do governo também é importante para garantir a criação de programas e projetos que reforcem o combate ao tráfico dessas drogas.

Como parlamentar não podemos deixar passar em branco esta data tão importante, restando solicitar dos nossos ilustres pares a devida acolhida, no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Ricardo Costa Deputado
Requerimento Nº 4947/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado um **VOTO DE APLAUSO** a **Fábrica da Fiat Chrysler Automobiles(FCA)/Jeep**, na **pessoa do Presidente para a América Latina Sr. Antonio Filosa**, pelo novo aporte financeiro para a planta da Jeep em Pernambuco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Raul Henry, Vice-Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. André Gustavo Carneiro Leão, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Márcio Steffani, Secretário de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Antonio Filosa, Presidente da FCA para a América Latina; ao Exmo. Sr. Pierluigi Astorino, Gestor da Fábrica da Fiat Chysler Automobiles (FCA)/Jeep; - ao Exmo. Sr. Ricardo Essinger, Presidente da FIEPE,; - ao Exmo. Sr. Eduardo Honorio Carneiro, Prefeito em Exercício do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Carlos Alberto dos Santos Viegas, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. Arnaldo Albuquerque de Oliveira, Vereador do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. José Firmino Torres Filho, Vereador do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. Renato Sandré P. Soares, Vereador do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. André Ferreira de Souza, Vereadora do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. Bruno Carvalho Salsa,, Vereador do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. Henrique Fenelon de B. Neto, Vereador do Município de Goiana; Ilmo. Sr. Marcos Alexandre de Almeida, Vereador do Município de Goiana; Ilmo. Sr. Josemar Leite de Brito., Vereador do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. Laércio José Melo, Vereador do Município de Goiana; Ilmo. Sr.Jairson Marinho de Souza, Vereador do Município de Goiana; a Ilma. Sra. Olga Fonseca de Sena, Vereadora do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. José Marcos da Silva, Vereador do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. José Vicente Rodrigues, Vereador do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. Arnaldo Lopes Ferreira Braga, Professor; ao Ilmo. Sr. Severino Roberto Soares Barbosa Sobrinho, Executiva PSB; ao Ilmo. Sr. David Fidelis da Silva, s/c; ao Ilmo. Sr. Marcilio Régio Silveira da Costa, s/c; ao Exmo. Sr. Cleiçom Menezes, Presidente do PHS do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Juca Viana, Presidente do PC do B do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Paulo Gustavo Araújo Lima de Moura, Presidente do PSD do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Marconi Menezes, Tenente da Polícia Militar de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho, Presidente do PRB do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Rodrigo Augusto de Oliveira, Presidente do PSDB do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Paulo Henrique Gomes, Presidente do PRP do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Romeu Rabelo Gomes, Presidente do PPS do Município de Goiana; ao Exmo. Sr. Rijaimé Lopes Silva Jr., Presidente do PV do Município de Goiana; ao Ilmo. Sr. Carlos Alberto dos Santos Viegas Jr., Executiva Municipal do PSB; ao Ilmo. Sr. Aluizio Paes de Azevedo Jr., Executiva Municipal do PSB; ao Ilmo. Sr. Frederico Mocoque, Executiva Municipal do PSB.

Justificativa

Será anunciado em 1º de Junho, dentro de uma estratégia global do Grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA) que contempla as plantas da América Latina, novos investimentos para a Jeep em Pernambuco. O novo Presidente do Grupo, Antonio Filosa, pontua a expectativa positiva em relação ao mercado brasileiro, puxada por indicadores otimistas da economia que devem retomar as vendas via financiamentos. De acordo com ele, o otimismo nas expectativas do mercado nacional vem de análises econômicas dos indicadores de Produto Interno Bruto (PIB), em alta, e principalmente de juros e desempregos em baixa.

Com a retomada da economia, três departamentos da indústria automotiva responderão: carros de entrada, SUVs e os utilizados em pequenos negócios, nos quais a FCA está bem posicionada em produtos. Em relação aos carros de entrada temos os veículos Mobi, Argo, Cronos e Novo Uno; no setor de SUV, temos os dois melhores: Renegade e Compass para atender a demanda de classes C,B e A; e a terceira demanda em potencial é o de pequenos negócios temos a Strada, Toro e a Fiorino.

A planta industrial da Jeep, em Goiana, tem capacidade instalada para produzir 250 mil veículos, mas a demanda deve levar a produção a cerca de 200 mil carros fabricados neste ano. A unidade atende o mercado nacional e internacional e desde o primeiro ano de operação, a Jeep lidera o ranking de produtos mais exportados (veículos) em Pernambuco. É a fábrica mais moderna da FCA no mundo, referência internacional em gestão, qualidade e sustentabilidade, utilizando ferramentas de simulação virtual de processos, equipamentos de última geração e soluções de ergonomia, ela já nasceu preparada para a chamada Quarta Revolução Industrial, ou Indústria 4.0.

Na área de 270 mil metros quadrados, onde antes havia um imenso canavial, hoje existe o que há de mais moderno na produção de automóveis no mundo, com toda a infraestrutura necessária para seu funcionamento. Atualmente trabalham 13.600 funcionários, diretos e indiretos (distribuídos entre as 16 empresas do Parque de Fornecedoros localizado ao redor e também os terceirizados), dos quais 95% são nordestinos, sendo 87% naturais dos municípios da região, hoje plenamente capacitados e já assumindo funções de gerência. Parabenizo a Fábrica da Fiat Chrysler Automobiles(FCA/Jeep) pelos novos investimentos que serão implantados na unidade de Pernambuco, incrementando a produção da fábrica, e cada vez mais tornando-se referência e de fundamental importância para o desenvolvimento sócio econômico de Pernambuco.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 10 de maio de 2018.

Aluísio Lessa
Deputado

Requerimento Nº 4948/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado um **VOTO DE APLAUSO** a **Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil)** na pessoa do Sr. Pedro F. Develey, e a **Proscience** na pessoa do Sr. João Ruffin Leme de Godoy, pela **Iniciativa dos Projetos de Conscientização Ambiental em Pernambuco**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. André Gustavo Carneiro Leão, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Carlos André Cavalcanti, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco; ao Ilmo. Sr. Pedro F. Develey, Diretor da Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil); Ao Ilmo. Sr. João Ruffin Leme de Godoy, Diretor-Presidente da Proscience; A Ilma. Sra. Bárbara Cavalcante, Coordenadora Técnica do Projeto Save Brasil (SAVE Brasil); A Ilma. Sra. Ariene Campos, Coordenadora do Projeto da Proscience.

Justificativa

A conscientização ambiental é a transformação e a criação de senso crítico em relação aos prejuízos sofridos pelo meio ambiente devido à sua exploração sem cuidados pelos seres humanos desde os tempos mais primórdios da humanidade.

Em Pernambuco a conscientização ambiental ganha dois projetos, as diversas aves que habitam o arquipélago de Fernando de Noronha e os mais de 325 hectares de Mata Atlântica que compõem a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pedra d’Antas, no município de Lagoa dos Gatos (Agreste), passarão a ter visitas guiadas.

O estímulo à conscientização ambiental por meio da observação de aves foi uma forma prática encontrada pela ProScience - responsável pelo projeto em Noronha - e a Associação para a Conservação das Aves do Brasil (Save Brasil) - em Pedra d’Antas - para envolver os amantes dos pássaros na proteção dos ambientes naturais.

A importância de acompanhar a presença das aves nas áreas naturais é que elas são consideradas excelentes indicadoras de qualidade ambiental. Pelas espécies encontradas, é possível entender se a região está equilibrada ou necessita de ações de manejo. Só na Pedra d’Antas, há o registro de 280 espécies, 14 delas ameaçadas de extinção.

Portanto quero prestar esta justa homenagem a Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil) e Proscience, e a todos que fazem parte da Iniciativa dos Projetos de Conscientização Ambiental em nosso Estado, que tanto irá contribuir com o desenvolvimento e manutenção da natureza.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 8 de maio de 2018.

Aluísio Lessa
Deputado

Requerimento Nº 4949/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada **Audiência Pública** conjunta entre as Comissões de Cidadania, Diretos Humanos e Participação Popular, de Administração Pública e de Desenvolvimento Econômico e Turismo, com o tema **“Situação do Transporte Coletivo Metropolitano”**, no mês, hora e local a serem marcados pelas comissões, convocando-se, para a ocasião, o Exmo. Sr. Secretário das Cidades do Estado de Pernambuco, o Exmo. Diretor-Presidente do Consórcio Grande Recife, o Exmo. Superintendente de Recife da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos, e o Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Pernambuco (URBANA-PE).

Justificativa

Em virtude da proposta de aumento de tarifa pela Companhia Brasileira de Transportes Urbanos e da evidente precariedade enfrentada por usuárias e usuários do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife, faz-se necessária a realização de audiência pública para discutir a matéria com a sociedade e o parlamento estadual. Para a ocasião, devem ser convocadas as autoridades e agentes envolvidos.

Sala das Reuniões, em 9 de maio de 2018.

Edilson Silva
Deputado

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, no Plenarinho II, deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e sob a Presidência do deputado Aluísio Lessa, reuniram-se os deputados: Ricardo Costa e João Eudes, membros deste colegiado. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião. Realizou a distribuição dos seguintes projetos de lei: Projeto de Lei Ordinária nº 1823/2018, de autoria da deputada Terezinha Nunes, cuja ementa altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, para proibir a utilização de animais durante o desenvolvimento, experimento e teste de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal e de limpeza, e dá outras providências, para relatoria do deputado João Eudes; Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2018, de autoria da deputada Terezinha Nunes, cuja ementa altera a Lei nº 13.796, de 11 de junho de 2009, que institui no Estado de Pernambuco o Cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências, a fim de regulamentar o horário para oferta de serviços ou produtos por meio de telemarketing, para relatoria do deputado João Eudes; Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018, de autoria da deputada Priscila Krause, cuja ementa determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde, públicos ou privados, do Estado de Pernambuco, das ocorrências de embriaguez ou uso de entorpecentes por criança ou adolescente, para relatoria do deputado João Eudes; Projeto de Lei Ordinária nº 1837/2018, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa revoga dispositivo da Lei nº 15.948, de 16 de dezembro de 2016, que concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para relatoria do deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1840/2018, de autoria do deputado Rodrigo Novaes, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadoras de plano ou seguro privado de assistência à saúde no caso de negativa de cobertura e dá outras providências, para relatoria do deputado João Eudes; Projeto de Lei Ordinária nº 1841/2018, de autoria do deputado Antônio Moraes, cuja ementa dispõe sobre a permissão da diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado no Estado de Pernambuco e dá outras providências, retirado de pauta. Em seguida, foram discutidos os seguintes projetos: Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1780/2017, de autoria do deputado João Eudes, cuja ementa dispõe sobre a higienização do material de cama e banho fornecido por hotéis, pousadas, albergues, motéis e estabelecimentos congêneres no Estado de Pernambuco, o parecer do relator, deputado Ricardo Costa, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1787/2017, de autoria do deputado Augusto César, cuja ementa altera a Lei nº 15.653, de 26 de novembro de 2015, que impõe sanções aos estabelecimentos comerciais e de entretenimento que permitirem ou fizerem apologia à pedofilia e à exploração sexual de crianças e adolescentes e dá outras providências, retirado de pauta. O senhor presidente informou que está aguardando posicionamento da senhora Margaret Rezende, diretora executiva da Associação Pernambucana dos Produtores de Aguardente de Cana e Rapadura (Apar), para agendar a visita técnica às indústrias da cachaça Sanhaçu e Pitú, nos municípios de Chã Grande e Vitória de Santo Antão. Comunicou que o setor de cervejaria está solicitando que este colegiado também agende uma visita técnica. O senhor presidente passou a palavra para o deputado Ricardo Costa, que registrou o incremento de cargas no porto de Suape no mês de janeiro contribuindo com a economia de Pernambuco e fez um apelo para que seja devolvida, pelo Governo Federal, a autonomia da gestão do porto ao Governo Estadual. O senhor presidente passou a palavra para o deputado João Eudes que falou da importância do carnaval na geração de empregos e movimentação da economia local dos municípios, destacando o município de Pesqueira. Aproveitou para agradecer o apoio dado pelo Governo Estadual para o evento, principalmente quanto à segurança. O deputado Ricardo Costa fez um aparte comentando sobre o carnaval de Olinda e Recife destacando o planejamento estratégico e elaborado e executado que permitiu que cidadãos e turistas pudessem brincar com segurança. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião ordinária. E, para que tudo fique registrado, eu, Márcio André Carneiro de Lima, Assessor desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Deputado ALUÍSIO LESSA
Presidente

Deputado RICARDO COSTA
Vice-Presidente

Deputado JOÃO EUDES
Deputado ROGÉRIO LEÃO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2018.

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, no Plenarinho II, deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e sob a Presidência do deputado Aluísio Lessa, reuniram-se os deputados: Romário Dias e Paulinho Tomé, membros deste colegiado. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião. Realizou a discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1465/2017, de autoria do deputado Everaldo Cabral, juntamente com Emenda Modificativa nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos privados de saúde disponibilizarem tabela de preços nas formas que indica e dá outras providências, o parecer do relator, deputado Paulinho Tomé, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1530/2017, de autoria do deputado Everaldo Cabral, cuja ementa determina a inclusão de informações nos rótulos de esponjas sintéticas de limpeza e dá outras providências, o parecer do relator, deputado Romário Dias, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1794/2017, de autoria do deputado Eriberto Medeiros, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e estabelecimentos similares no Estado de Pernambuco, com capacidade igual ou superior a 70 (setenta) pessoas, fornecerem comanda impressa para o controle do consumo pelos consumidores, o parecer do relator, deputado Paulinho Tomé, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2018, de autoria da deputada Terezinha Nunes, cuja ementa altera a Lei nº 13.796, de 11 de junho de 2009, que institui no Estado de Pernambuco o Cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências, a fim de regulamentar o horário para oferta de serviços ou produtos por meio de telemarketing, o parecer do relator, deputado Paulinho Tomé, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018, de autoria da deputada Priscila Krause, cuja ementa altera a Lei nº 15.408, de 1º de dezembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicar aos órgãos de proteção da criação e do adolescente os casos de uso e abuso de álcool e outras drogas, e dá outras providências, o parecer do relator, deputado Romário Dias, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Projeto de Lei Ordinária nº 1837/2018, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa revoga dispositivo da Lei nº 15.948, de 16 de dezembro de 2016, que concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, o parecer do relator, deputado Romário Dias, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Substitutivo nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1840/2017, de autoria do deputado Rodrigo Novaes, cuja ementa altera a Lei nº 12.991, de 21 de março de 2006, que regulamenta informações e documentos a serem fornecidos ao consumidor na hipótese de negativa total ou parcial de cobertura por operadora de plano de assistência à saúde no Estado de Pernambuco, para estender as imposições da lei às operadoras de seguro privado de assistência à saúde e estabelecer penalidades, o parecer do relator, deputado Romário Dias, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Projeto de Lei Ordinária nº 1850/2018, de autoria do deputado Zé Maurício, juntamente com Emenda Modificativa nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, cuja ementa altera a Lei nº 15.619, de 14 de outubro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento de Academias de musculação e demais estabelecimentos de Condicionamento Físico, Iniciação e Prática Esportiva, de Ensino de Esportes e de Recreação Esportiva, retirado de pauta a pedido do autor; Projeto de Lei Complementar nº 1879/2018, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa regulamenta o disposto no § 3º do art. 25 da Constituição Federal, o parecer do relator, deputado Paulinho Tomé, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Projeto de Lei Ordinária nº 1891/2018, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa modifica a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre infrações, penalidades e procedimentos específicos, na área tributária, relativamente à interdição de estabelecimento de contribuinte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, em regime de urgência, retirado de pauta; em extrapauta foi discutido o projeto de Lei Ordinária nº 1900/2018, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, a Lei nº 14.458, de 1º de novembro de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco - FEDIPE, a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDPI, em regime de urgência, o parecer do relator, deputado Romário Dias, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião ordinária. E, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Deputado ALUÍSIO LESSA
Presidente

Deputado RICARDO COSTA
Vice-Presidente

Deputado JOÃO EUDES
Deputado ROGÉRIO LEÃO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2018.

TEMA: DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, no Plenarinho I, Deputado João Ferreira Lima Filho, Edifício Miguel Arraes de Alencar, desta Assembleia Legislativa, sob a presidência do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, presentes os Deputados membros: Laura Gomes (membro titular), Socorro Pimentel e Terezinha Nunes (membros suplentes). Observado o quórum regimental o Presidente declarou aberta a reunião. Em seguida, iniciou a distribuição dos seguintes projetos: 01 – Projeto de Resolução nº 1875/2018, de autoria do Deputado Gustavo Negromonte (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Magalhães Occhi), relatora Deputada Terezinha Nunes; 02 – Projeto de Lei Ordinária nº 1883/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.241, de 29 de maio de 2007, que cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Pernambuco – SEINSP), relator Deputado Edilson Silva; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 1885/2018, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre o afastamento das atividades em sala de aula de professores que figurem no polo passivo de processos por pedofilia), relatora Deputada Socorro Pimentel; 04 – Projeto de Resolução nº 1889/2018, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Concede Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao advogado e Grão Mestre Grande Loja Maçônica de Pernambuco, Janduhy Fernandes Cassiano Diniz), relatora Deputada Terezinha Nunes; 05 – Projeto de Lei Ordinária nº 1892/2018, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Torna obrigatório aos estabelecimentos bancários Estado de Pernambuco divulgar aos seus clientes, o direito de opção das contas dos tipos corrente e/ou poupança, com rol de serviços essenciais, sem cobrança de tarifas, no âmbito do Estado de Pernambuco), relator Deputado Edilson Silva; 06 – Projeto de Resolução nº 1896/2018, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Altera a Resolução nº 1.513, de 14 de março de 2018, que Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Senhora Mauricélia Bezerra Vidal), relatora Deputada Socorro Pimentel; 07 – Projeto de Resolução nº 1897/2018, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Professor Antônio Jorge de Siqueira), relatora Deputada Laura Gomes; 08 – Projeto de Lei Ordinária nº 1900/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, a Lei nº 14.458, de 1º de novembro de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Pernambuco - FEDIPE, a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI), relatora Deputada Laura Gomes. Em seguida, o Presidente iniciou a discussão dos seguintes projetos de lei: 01 – Projeto de Lei Ordinária nº 1388/2017, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Estabelece medidas de segurança no procedimento de abastecimento com gás natural veicular (GNV), e dá outras providências), relator Deputado Edilson Silva, que por questão de celeridade redistribuiu a relatoria para a Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 02 – Substitutivo 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária nº 1697 e 1698/2017, de autoria dos Deputados: Ricardo Costa e Simone Santana, respectivamente (Ementa: Determina, no âmbito do Estado de Pernambuco, que as provas escritas, de concursos públicos, vestibulares e processos seletivos de qualquer natureza, a que se submetam pessoas com deficiência auditiva, sejam corrigidas por profissionais com habilitação em Libras; altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências), relator Deputado Edilson Silva, que por questão de celeridade redistribuiu a relatoria para a Deputada Terezinha Nunes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 03 – Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2018, de autoria da Deputada Terezinha Nunes (Ementa: Altera a Lei nº 13.796, de 11 de junho de 2009, que institui no Estado de Pernambuco o Cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências, a fim de regulamentar o horário para oferta de serviços ou produtos por meio de telemarketing), relatora Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 04 – Substitutivo 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1829/2018, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Altera a Lei nº 15.408, de 1º de dezembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicar aos órgãos de proteção da criação e do adolescente os casos de uso e abuso de álcool e outras drogas, e dá outras providências, para dar nova redação a ementa, determinar a comunicação aos pais e responsáveis legais e estabelecer penalidades), relator Deputado Edilson Silva, que por questão de celeridade redistribuiu a relatoria para a Deputada Terezinha Nunes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 05 – Projeto de Lei Ordinária nº 1832/2018, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Extingue o Fundo de Desenvolvimento Justiça e Segurança, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – FDJS), relator Deputado Isaltino Nascimento, em razão de sua ausência a relatoria foi redistribuída para a Deputada Terezinha Nunes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 06 – Substitutivo 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1840/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Altera a Lei nº 12.991, de 21 de março de 2006, que regulamenta informações e documentos a serem fornecidos ao consumidor na hipótese de negativa total ou parcial de cobertura por operadora de plano de assistência à saúde no Estado de Pernambuco, para estender as imposições da lei às operadoras de seguro privado de assistência à saúde e estabelecer penalidades), relatora Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 07 – Substitutivo 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1841/2018, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Autoriza a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público, em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, no âmbito do Estado de Pernambuco; revoga a Lei nº 15.788, de 26 de abril de 2016; e dá outras providências), relator Deputado Edilson Silva, que por questão de celeridade redistribuiu a relatoria para a Deputada Laura Gomes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 08 – Projeto de Lei Ordinária nº 1850/2018, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Altera a Lei nº 15.619, de 14 de outubro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento de Academias de musculação e demais estabelecimentos de Condicionamento Físico, Iniciação e Prática Esportiva, de Ensino de Esportes e de Recreação Esportiva). 08.1 Emenda Modificativa nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera o art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 1850/2018), relatora Deputada Laura Gomes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 09 – Projeto de Resolução nº 1851/2018, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. José Mário Caprioli dos Santos), relator Deputado Edilson Silva, que por questão de celeridade redistribuiu a relatoria para a Deputada Socorro Pimentel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 10 – Projeto de Resolução nº 1853/2018, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Presidente da Associação Pernambucana de Atacadistas e Distribuidores (ASPA), José Luiz Torres), relator Deputado Isaltino Nascimento, em razão de sua ausência a relatoria foi redistribuída para a Deputada Terezinha Nunes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 11 – Projeto de Resolução nº 1863/2018, de autoria da Deputada Terezinha Nunes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Cantora Paraibana Lucyane Pereira Alves, nacionalmente conhecida por Lucy Alves), relatora Deputada Laura Gomes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 12 – Projeto de Resolução nº 1875/2018, de autoria do Deputado Gustavo Negromonte (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Magalhães Occhi), relatora Deputada Terezinha Nunes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; 13 – Projeto de Resolução nº 1889/2018, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Concede Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao advogado e Grão Mestre Grande Loja Maçônica de Pernambuco, Janduhy Fernandes Cassiano Diniz), relatora Deputada Terezinha Nunes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Em seguida o Presidente tratou de alguns informes: Deputado Joel da Harpa solicita a realização de audiência pública, para tratar sobre a “Situação dos Agentes Sócio Educativos da Funase”, tendo sido referido pleito aprovado à unanimidade dos Deputados; Audiência pública, já aprovada por esta Comissão, dessa vez fez de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, em conjunto com a Comissão de Administração Pública, sobre o “Sistema Prisional”, mas que irá aguardar o autor tencionar a Comissão; audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade, sobre a “Convivência com Seca e o Combate à Desertificação no Semiárido”, na próxima sexta-feira, dia 06/04/2018, às 09h00min, no auditório da Alepe, tendo sido referido pleito aprovado à unanimidade dos Deputados; Voto de Repúdio ao Ministro do Exército, General Villas Boas, sobre suas declarações em redes sociais, às vésperas do julgamento pelo STF ao pedido de abbeas corpus do ex-presidente Lula, que sou de forma a tencionar aquela Corte, como também amedrontando a todos e referido ato é proibido pelo Código Militar, tendo sido referido pleito aprovado à unanimidade dos Deputados. Nesse momento a Deputada Laura Gomes disse que também não conseguiu dormir, pois é preocupante sua atitude, devendo a todos lutar pela democracia e não incitar essa intolerância. A Deputada Terezinha Nunes também concordou e disse que não cabia ao general tratar disse já que se trata de natureza civil. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Edilson Silva
Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular

Deputada Laura Gomes
Membro Titular

Deputada Socorro Pimentel
Membro Suplente

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2016.

TEMA: APURAÇÃO DE DENÚNCIAS DE FRAUDES NA MARCAÇÃO DE CONSULTA E OUTROS PROCEDIMENTOS NOS HOSPITAIS PÚBLICOS DE PERNAMBUCO.

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, no Plenário desta Assembleia Legislativa, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 01/07/2016, realizou-se a presente Audiência Pública com o seguinte tema: “Apuração de Denúncia de Fraude na Marcação de Consultas e Outros Procedimentos nos Hospitais Públicos Pernambuco”. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Presidente Deputado Edilson Silva que agradeceu a presença de todos e deu início a composição da Mesa: Dr. Iran Costa, Secretário Estadual de Saúde; Dra. Helena Capela, Promotora de Justiça de Cidadania da Capital e Promoção e Defesa da Saúde; Sr. Jorge Gomes, representante da Comissão dos Conselhos de Unidades de Saúde do Estado de Pernambuco. Registrou a presença dos seguintes Deputados: Bispo Ossésio Silva, Eduíno Brito, Pastor Cleiton Collins, Tony Gel e Adalto Santos. Na Sequência, passou a palavra para o Sr. Jorge Gomes, que cumprimentou a todos, falou sobre o atendimento do Hospital Barão de Lucena (HBL), em especial sobre a Clínica de Proctologia, que possui seis médicos e residentes que fazem rodízios. Explicou sobre um relatório produzido pelos conselhos, onde apontou algumas irregularidades e que já tinha sido enviado ao Dr. Iran Costa e a Comissão de Direitos Humanos da Alepe. Falou sobre a realização de cirurgias e consultas dentro da clínica de proctologia, onde o HBL realizou no ano de 2015, 2.784 consultas com pacientes em sua primeira vez, e 1.112 de pacientes que retornaram nesta mesma clínica, ocorre que não foram abertas vagas para a clínica de proctologia nesse mesmo ano, segundo o mapa de marcação de consultas, apenas a partir de 29 de dezembro, concluindo, assim, que talvez estas marcações de consultas burlaram a forma correta de se realizar e que poderia está havendo uma moeda de troca. Na sequência, o Presidente passa a palavra para a Sra. Conceição Souza, Presidente do Conselho do Otávio de Freitas, que cumprimentou a todos, falou sobre a história do hospital e sobre números de médicos e serviços que possui. Ressaltou que em 2013 houve reunião com a Secretaria de Saúde para falar sobre as marcações de consultas; que os usuários procuraram os conselhos para relatar que não conseguiam marcar suas primeiras consultas e a partir disso foram enviados relatórios no ano de 2015, para todas as Instituições governamentais. Questionou o porquê as primeiras marcações estavam suspensas, se existiam prontuários abertos? Denunciou que as marcações estavam sendo feitas através de bilhetes de pessoas que tem prestígio, e por isso o serviço apresentava falhas, faltavam vagas. Falou da negação dos serviços que a população enfrenta e da criação das UPAs, na qual não existem especialidades nesses espaços. Posteriormente, a Sra. Rosemere Sousa – Conselheira de Unidade do hospital Barão de Lucena, que cumprimenta a todos e começa falando sobre o problema da Proctologia. Questiona sobre as marcações de primeira vez, pois não foram abertas vagas aos usuários, então como as “vagas” foram preenchidas, senão houve divulgação/disponibilização? Quem foram os beneficiários? Ressalta que no prontuário aparece o nome do mesmo paciente várias vezes como primeira marcação. Fala sobre a qualidade de informações passadas nestes relatórios. Lembra que a empresa que presta o serviço no Estado de Pernambuco foi questionada em outros Estados. Finalizou dizendo que a procura é grande dos usuários nos conselhos de unidade para relatar que não conseguem marcar consultas, bem como a precariedade no Hospital. Em seguida, o Sr. Monte Zumba Pinto – Conselheiro de Unidade do Hospital da Restauração, que cumprimentou a todos, falou sobre as especialidades do Hospital da Restauração e da falta de cuidados com os demais hospitais públicos do Estado. Falou sobre pacientes que mesmo estando internados no hospital, ou os que recebem altas, não consegue fazer marcações de consulta naquela mesma unidade. Ressaltou a dificuldade sobre os encaminhamentos que recebe, pois não é possível enviar pacientes para outras unidades. Sugeriu a reformulação do Sistema. Finalizou falando sobre a precariedade do serviço. Em seguida, a Sra. Maria do Socorro – Conselheira do Hospital de Mirueira cumprimentou a todos, falou das especialidades do hospital e da falta de Dermatologista e outros especialistas; da falta de fichas; falta de marcação de consultas; e da falta de médicos. Posteriormente, o Deputado Pastor Cleiton Collins pediu o uso da palavra, disse que foram feitas reuniões na Comissão, da qual estava presente o Deputado Lucas Ramos, que foram enviadas tais denúncias para o Secretário Estadual de Saúde e com isso seria melhor ouvi-lo. O Presidente acatou a sugestão e acrescentou que este processo de apuração junto ao hospital Barão de Lucena foi feito durante oito meses e que era de extrema importância ouvir o Secretário, mas também a sociedade civil e Conselheiros. Na sequência, a Dra. Iracy Melo – Diretora Geral do Hospital Otávio de Freitas cumprimentou a todos e começou explicando como era o procedimento da primeira consulta. Disse que na Unidade eles acompanham as aberturas de prontuários pelos profissionais. Falou sobre o sistema regulatório e admitiu que este precisava de alguns ajustes. Disse que usavam dois procedimentos: pelo telefone ou diretamente com a Unidade, mas estavam gerando muitos transtornos para os usuários. O Presidente registrou as presenças dos Deputados: André Ferreira, Joel da Harpa e já na Mesa o Deputado Eduíno Brito. Em seguida passou a palavra para a Dra. Carla de Albuquerque, Diretora Geral do Hospital Barão de Lucena, que cumprimentou, falou sobre o sistema de marcação da Unidade que é via regulação e presencial para o paciente e no tratamento fora de domicílio. Disse que a fila na saúde envolve prioridade clínicas; Que as ofertas de algumas especialidades são menores que outras por motivo de aposentadoria de alguns médicos. Falou sobre os casos atendidos em grande número na área de Mastologia; da dificuldade da Proctologia no Estado, mas não relativamente dos hospitais do Estado. Nesse momento a Dra. Iracy Melo respondeu que podia ser que a redistribuição do Sistema não fosse tão eficiente para colocar algumas consultas como retorno, por isso poderia ser que gerasse como primeira consulta novamente. Acrescentou que possivelmente as trocas de médicos poderiam ser interpretadas pelo sistema como remarcações repetidas. Falou sobre a quantidade de residentes que atuam e disse que a diretoria sabia exatamente a quantidade. O Presidente falou sobre a fala da Dra. Iracy Melo e disse insatisfeito com os esclarecimentos fornecidos diante do relatório que foi lido. Em seguida, passou a palavra para o Dr. Humberto Antunes, Diretor Geral de Planejamento da Secretaria Estadual de Saúde, que cumprimentou a todos, ressaltou que em um ano e meio nesse cargo não tinha conhecimento do encaminhamento da documentação dos conselhos gestores das unidades. Em seguida, o Dr. Miguel Arcaño, Diretor Geral do Hospital da Restauração cumprimentou os presentes, falou sobre os atendimentos ambulatoriais do hospital, que gira em torno de 70%. Ressaltou que as marcações eram prioritárias para casos de emergência (pacientes egressos). Falou sobre os pacientes que tem alta e conseguem fazer remarcações na Unidade; Que 15% das marcações eram presenciais e basicamente para atendimentos neurológicos. Na sequência, o Dr. Iran Costa cumprimentou a todos, falou sobre a construção do SUS. Disse que 65% dos atendimentos da Rede Estadual de Saúde não deveriam está dentro dessa rede; Que não estava culpando os Municípios. Falou sobre o fluxo organizacional, o qual, não suporta tanta demanda devido às diretrizes que não foram seguidas como determina o SUS. Falou que a atenção primária deveria resolver grande parte das primeiras consultas. Falou que o sistema de marcação de consulta deveria melhorar. Citou o projeto do hospital do câncer e que este tem todas as consultas reguladas. Falou que o problema da Proctologia era que os pacientes já deveriam chegar diagnosticados; Que no ano anterior houve 10 milhões de consultas e que a Secretaria de Saúde tem um projeto de ouvir todos os hospitais do Estado. Falou sobre a ampliação e melhoramento da Regulação, sendo esta necessária; Que 75% de cobertura da resolução é primária, mas a resolutividade é muito baixa. Falou sobre uma investigação que resultou na prisão de 28 pessoas dentre elas 4 médicos; Sobre a campanha lançada sobre o SUS. Disse que todas as denúncias eram bem vindas e seriam apuradas. Falou sobre as dificuldades e os 17 milhões de reais de impostos e diversos cortes que foram feitos e que era necessário um investimento na atenção primária. Posteriormente a Dra. Helena Capela cumprimentou a todos, falou da necessidade de melhorar o sistema de regulação de consultas. Disse que se as marcações de consultas não forem claras e públicas podiam sofrer alterações. Falou sobre possíveis burlas nas marcações. Ressaltou que as consultas básicas deveriam ser feitas pela atenção básica nos municípios. Pontuou algumas denúncias recebidas no Ministério Público, por parte de usuários, sobre as marcações de consultas e não sobre fraudes. Em seguida, o Deputado Waldemar Borges cumprimentou a todos e falou sobre a importância desta audiência, ressaltando em seguida o discurso da Dra. Helena Capela. Falou sobre uma “demonização política”, na qual não é uma verdade absoluta. Na sequência, o Deputado Eduíno Brito cumprimentou a todos, ressaltou os discursos do Dr. Iran Costa e Dra. Helena Capela, falou que mais de 12 milhões de pessoas perderam seus planos de saúde, sendo o Estado que recebia mais demandas, e que os problemas iam além da responsabilidade da Secretaria de Saúde. Falou sobre a necessidade de um conjunto de ações junto a outras Secretarias. Posteriormente o Deputado Pastor Cleiton Collins cumprimentou a todos, lembrou-se da fala da Dra. Carla de Albuquerque em uma reunião desta Comissão, disse que se sentiu muito satisfeito com o que foi discutido. Ressaltou que o Estado estava cumprindo seu papel. Em seguida o Deputado Joel da Harpa cumprimentou a todos e falou sobre o Sisam e suas dificuldades. Questionou se algum grupo estava sendo privilegiado em relação aos outros. Na sequência, o Deputado Tony Gel cumprimentou a todos, lembrou o discurso do Dr. Iran Costa, do qual se sente contemplado. Falou sobre algumas mudanças feitas na área da saúde, enquanto foi Prefeito de Caruaru. Ressaltou e reconheceu as falhas que existem no Sistema. Finalizou falando sobre uma possível adaptação do sistema na marcação das primeiras consultas. Nesse momento a Dra. Helena Capela complementou dizendo que se não existir um sistema de regulação poderia haver burla, e quaisquer outras pessoas podiam se valer. O Presidente falou da importância em combater o tráfico de influências dentro das Unidades de Saúde. Na sequência o Sr. Tiago Azevedo, Secretário Executivo de Regulação e Saúde, cumprimentou a todos, falou que o processo de regulação era algo novo e vinha se desenvolvendo, no entanto a regulação envolvia apenas o acesso do paciente, como também o controle e a programação. Falou que o SUS é muito mais amplo que a Secretaria Estadual de Saúde; Que alguns hospitais já possuíam o Sistema de Regulação e este também estava sendo difundido para os hospitais regionais; Que era necessário criar uma estrutura de capacitação e treinamento das equipes, divulgação das consultas marcadas para assim deixar o fluxo organizado. Finalizou dizendo que Pernambuco possuía 12 centrais regionais de regulação. Em seguida, o Sr. Jorge Gomes cumprimentou a todos, ressaltou a fala do Dr. Humberto, da qual tratava sobre o protocolo dos documentos que foi feito pelos conselhos de unidades. Falou sobre as marcações de consultas, onde os hospitais não recebiam pacientes especializados diferentemente da emergência, sugerindo que publicizassem as marcações. Em seguida, o Sr. Romário Santos, Conselho de Unidade de Caruaru cumprimenta todos, falou sobre as dificuldades nas marcações de consultas e a denuncia que foi preterida pelo mesmo sobre as propinas recebidas dentro das unidades. Denunciou o número insuficiente de profissionais nas Unidades; a grande quantidade de usuários que causam superlotação; das marcações de cirurgias que foram feitas e que nunca foram realizadas. O Presidente falou sobre a tentativa de ampliar e aprofundar a regulação exposta por Dr. Thiago e da importância dos conselhos nas investigações. Concluiu que existe uma desorganização nos procedimentos e convidou a Comissão de Saúde para em conjunto com esta Comissão, para a realização de uma outra audiência no Ministério Público e com todos os participantes presentes, para assim ter acesso ao que estaria sendo efetivado em relação a regulação e quais seriam os prazos, e quais propostas de encaminhamentos. Em seguida, o Deputado Waldemar Borges sugeriu inicialmente a criação de um grupo de trabalho, vinculado a Comissão de Saúde e posteriormente uma possível audiência. Em seguida, o Dr. Iran Costa propôs um encontro na semana seguinte com um grupo de participantes. O Presidente em seguida, propôs uma reunião no Ministério Público com a presença de Deputados e Conselheiros, e sucessivamente iria analisar junto a sua Comissão, que tipo de encaminhamento sobre algumas questões pontuais que foram ditas na audiência. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Edilson Silva
Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular
Deputada Laura Gomes
Membro Titular

Deputada Socorro Pimentel
Membro Suplente

Deputado Edilson Silva
Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular

Deputada Laura Gomes
Membro Titular

Deputada Socorro Pimentel
Membro Suplente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018.

TEMA: DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS E DISCUSSÃO SOBRE O CLÁSSICO DE FUTEBOL SPORT X SANTA CRUZ, OCORRIDO NO DIA 07/03/2018.

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, no Plenarinho I, Deputado João Ferreira Lima Filho, Edifício Miguel Arraes de Alencar, desta Assembleia Legislativa, sob a presidência do Deputado Edilson Silva, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, presentes os Deputados membros: Bispo Ossésio Silva (membro titular) e Socorro Pimentel (membro suplente). Presentes ainda os seguintes convidados: Sr. Evandro Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol; Sr. Romero Ribeiro, Gerente de Segurança do Sport Clube do Recife; Sr. Wagner Cavalcanti do Rego, Diretor de Segurança do Santa Cruz Futebol Clube; Sr. Constantino Barbosa Júnior, Presidente do Santa Cruz Futebol Clube Cel. Edvaldo César de Moraes, Comandante do Batalhão de Choque de Pernambuco. Observado o quórum regimental o Presidente declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, inverteu a pauta, para em respeito aos convidados presentes e passou a tratar do clássico de futebol entre Sport e Santa Cruz, ocorrido no último dia 07 de março. Disse que a impressão que teve foi de que a polícia militar agiu de forma inadequada naquela ocasião, que resultou num efeito dominó na arquibancada reservada para a torcida do Santa Cruz, após a possível tentativa de um torcedor acender um sinalizador; Que acredita que a atuação da polícia em eventos com multidão de pessoas deve ser de defesa civil e não estritamente policial; Que em situações parecidas, em outros estádios, o procedimento seria a de avisar ao árbitro da partida para que este paralisasse a partida até que a situação fosse resolvida; Que os feridos foram colocados à beira do gramado, dentre eles: crianças, pessoas apresentando um quadro de convulsão e fraturas expostas, e mesmo assim a partida foi reiniciada. Informou que foram encaminhadas duas Representações para o Ministério Público: uma contra o Comandante do Batalhão de choque, que estava à frente da segurança polícia militar naquela partida; e outra contra a postura do Árbitro da partida diante daquela situação. Em seguida passou a palavra para a Deputada Socorro Pimentel, que parabenizou a atuação do Presidente na condução da Comissão. Agradeceu as presenças dos convidados, disse que frequentou por algumas vezes o estádio da Ilha do Retiro e que como médica, ficou preocupada com a forma de atendimento dada aos feridos, sendo colocados no chão, no gramado e principalmente pelo reinício da partida, mesmo com os feridos ainda sendo atendido no gramado. Questionou a atuação da Polícia Militar, pois não sabe se aquele procedimento de abordagem foi um procedimento padrão. Em seguida o Sr. Evandro Carvalho, justificou a ausência da Comissão de Arbitragem, pois esta está subordinada a Federação Pernambucana de Futebol, então a presença do representante da Federação também estava estendida a Comissão de Arbitragem. Em seguida o Sr. Constantino Barbosa Júnior, cumprimentou a todos, concorda que muitas estão deixando de ir para o estádio, seja por medo ou por dificuldades financeiras. Denunciou também que a diminuição do público nos estádios se deu pela falta de incentivos ao programa “Todos com a Nota”. Em seguida o Sr. Romero Ribeiro, agradeceu o convite, informou os números para essa partida, onde foram contratados: 124 seguranças patrimoniais, 23 vigilantes para estacionamento interno do clube, 1 delegacia, 16 policiais, 1 juizado do torcedor (sendo: 1 juiz de direito, 1 promotor de justiça, 1 defensor público e 1 advogado do Sport), em torno de 500 policiais militares (dentro e fora e no entorno do clube), cerca de 70 profissionais apenas na catraca de acesso ao clube, 18 brigadistas (bombeiros civis), 63 atendimentos (25 escoriações/entorses), 3 problemas (1 fratura exposta, 1 mau epilético, 1 traumatismo), 35 atendimentos básicos, parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife (CTTU, Emlurb, Guarda Municipal), inspeções em dias dos seguintes órgãos: Crea, Emlurb, Bombeiros. Finalizou dizendo que nunca viu evento como esse na Ilha do Retiro. Em seguida o Sr. Wagner Cavalcanti do Rego, cumprimentou a todos, disse que mesmo como time visitante participa das reuniões e preparativos de todas as partidas. Disse que o espaço reservado para a torcida do Santa Cruz foi pequeno e afunilado, o que já foi resolvido para a segunda partida; Que tudo partiu a partir do acendimento de um sinalizador por parte de um torcedor do Santa Cruz, que em seguida foi interferido pela PMPE. Em seguida o Sr. Evandro Carvalho, cumprimentou a todos, informou que Pernambuco é um dos poucos estados que segue a risca todas as legislações de futebol; Que o espaço disponibilizado para a torcida do Santa Cruz comportava 3.000 pessoas, no entanto só foram disponibilizados para venda 2.600 ingressos; Que a diretriz técnica obriga uma catraca para cada 1.000 pessoas, devendo ter, portanto, três catracas, mas o Sport disponibilizou quatro catracas apenas para a torcida do Santa Cruz; Que o reinício do jogo é e foi de única responsabilidade da Federação Pernambucana de Futebol; Que todos os atendidos foram liberados, a exceção do paciente da fratura exposta e da convulsão, que já tinha um histórico crônico. Explicou que pelo fato de não ter havido óbito, nem lesão grave, entendeu em dar prosseguimento ao jogo, pois seu atraso e/ou adiamento gera uma problema de mobilidade de forma emblemática. Em seguida o Cel. César, agradeceu a oportunidade em poder esclarecer o ocorrido naquele jogo. Disse que as três torcidas organizadas dos três grandes clubes da Capital estão proibidas de entrar nos estádios, por força de decisão judicial da 4ª Vara da Fazenda Pública; Que as imagens mostradas pela única emissora credenciada para transmitir o jogo, mostrou que a “confusão” ocorreu abaixo da ação da polícia militar; Que viu de perto e na hora que o torcedor acendeu o sinalizador; Que de pronto a polícia interviu, que apreendeu o torcedor e que este não reagiu; Que o polícia agiu de surpresa, uma vez que estava acima da arquibancada; Que em nenhum momento o batalhão de choque desceu para dentro da torcida e que esta em nenhum momento causou nenhum tumulto, pois sua ação foi perfeita e o torcedor não reagiu; Que a polícia não foi a causadora dos acidentes; Que a própria torcida foi descendo os degraus e assim caindo umas em cima das outras; Que os policiais que intervieram na ação após deter o torcedor saíram pela lateral e em nenhum momento foi para cima dos torcedores; Que a patrulha quando viu o incidente foi tentar conter a torcida para que esta não invadisse o campo, pois já tinham destruído o alambrado e a torcida recebeu a polícia jogando pedras e barotes de madeira, tendo que um policial ter que fazer um procedimento no hospital; Que um funcionário teve dificuldades em abrir o cadeado do portão para que os atendimentos pudessem iniciar do lado de fora da arquibancada. O Presidente explicou que tentou construir uma reunião sem o calor da emoção e assim evitou a presença de torcedores, advogados, pois faria a ouvida desses em outro momento. Disse que a impressão passada nesse momento é de que vivemos nos melhores mundos, o que não condiz com o que o outro lado diz como a torcida vem sendo tratada pela polícia, por exemplo. Questionou a capacidade dos gestores em identificar os “maus torcedores”. Nesse momento o Sr. Constantino Barbosa Júnior disse que Pernambuco já faz isso, onde o torcedor transgressor já identificado tem que se apresentar ao juizado no dia de jogo, no entanto referida medida não é divulgada. Disse que o que tem que mudar é o acesso aos estádios, evoluir com tecnologia, com reconhecimento facial, por exemplo. O Sr. Evandro Carvalho interviu para informar que Pernambuco, administrativamente proibiu o acesso das torcidas: Inferno Coral, Jovem e Fanático. Que o fato de proibir esse acesso não impede que o “mau torcedor” adentre no estádio, pois eles mudam o CNPJ e criam outra torcida. Que tem que alterar/endurecer a legislação, pois esses torcedores são reincidentes e assim são porque sabem que a lei não funciona. O Presidente disse que a atuação da polícia nesses grandes eventos tem que ser analisadas para não ocorrer imperícia, pois o sinalizador poderia queimar uma, duas, três, quatro pessoas e uma ação com uma certa imperícia pode ferir sessenta pessoas. Que pretende escutar também o outro lado (torcedor compreende a explicação do Sr. Evandro, no que tange a importância do prosseguimento do jogo, mas teme que interesses talvez econômicos, de patrocínio, de direito de imagem se sobreponha aos interesses ao sofrimento humano, pois foram dezenas de corpos estirados no campo e sem saber se existe algum estado grave e mesmo assim o juiz reinicia o jogo, e isso para o torcedor, telespectador esse reinício só aumenta a aflição de quem assistia, por não saber da situação da saúde daqueles que estavam sendo atendidos, mas que após as explicações do Sr. Evandro, passou a compreender a importância do reinício da partida. Em seguida passou a palavra para o Cel. César, que esclareceu que é rotina do batalhão de choque ter aquela atitude, qual seja, identificar uma situação, se dirigir até o transgressor e conduzi-lo até a delegacia; Que a patrulha estava três degraus acima de onde ocorreu a “avalanche”. Nesse momento o Presidente interrompeu o Cel. César e afirmou que não só o contato físico causaria a “avalanche”, mas o susto também pode ter sido o causador. O Cel. César enfatizou que não sabe explicar o por que daquela “avalanche”, pois o infrator estava muito acima de onde começou o tumulto e a patrulha ao identificar o torcedor que estava com o sinalizador o deteve de imediato. Em seguida o Sr. Evandro Carvalho esclareceu que a decisão do reinício da partida não foi de caráter econômico-financeiro, pois o torcedor não adquiriu um jogo, mas sim um pacote de jogos, popularmente chamado de “grade de televisionamento”, pois acaso uma partida seja interrompida, imediatamente uma outra entrará em substituição aquela. Em seguida o Sr. Constantino Barbosa Júnior, esclareceu que naquele momento o Santa Cruz se recusou a voltar para a partida, tendo para tanto se atrasado sete minutos para o retorno. Acredita que talvez o público que o Santa Cruz fosse levar para aquela partida tenha sido subestimado pela polícia, talvez pelo momento que o time tem passado, ou seja, o espaço não reservado para a torcida tricolor foi pequeno. Em seguida a Deputada Socorro Pimentel cumprimentou a todos, questionou a existência de parâmetro com estádios de outros estados ou países, que façam relação com número de: torcedor, brigadista, torcedor x polícia militar, e por que entrou um sinalizador no estádio, mesmo com 70 pessoas nas catracas, 500 policiais militares? Vez que foi esse sinalizador que desencadeou toda aquela confusão. Se o contingente disponível pela polícia é o suficiente para que o torcedor se sinta seguro, saber o que foi feito a partir desse episódio para que isso não ocorra no futuro; Se o contingente de 18 brigadistas de saúde era o suficiente para atender e identificar os casos de urgência, de transferência para os hospitais. Disse que felizmente não houve óbito, mas houve traumatismo craniano, fraturas expostas e perguntou o que foi feito após o episódio para garantir a segurança do torcedor. O Sr. Evandro Carvalho respondeu que toda a estrutura dos jogos segue as normas previstas no estatuto do torcedor e a Federação sempre disponibiliza agentes a mais. O Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltou que o convite se deu para esclarecer e entender o ocorrido naquela partida; que em outro momento vai ouvir também integrantes das torcidas; que o “gargalo” das torcidas organizadas tem que ser debatidas; que endurecer a pena nem sempre é o ideal, pois às vezes não dá para executá-las; que talvez colocar esses maus torcedores no sistema prisional só iria piorar a situação e talvez não resolvesse. Em seguida o Bispo Ossésio Silva parabenizou o debate, disse que já que Pernambuco é referência para muitos Estados, que não perca essa qualidade; que na Europa a grande maioria de quem frequenta os estádios é sócio, tem cadeira cativa. Finalizou parabenizando a atuação do Presidente na condução do debate. O Presidente reiterou informando que existem procedimento no ministério público sobre o caso. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2016.

“A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO TERAPEUTA OCUPACIONAL E O DÉFICIT DOS PROFISSIONAIS EM PERNAMBUCO”.

Ao quinto dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 02/12/2016, realizou-se a presente Audiência Pública com o tema: A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO TERAPEUTA OCUPACIONAL E O DEFICIT DOS PROFISSIONAIS EM PERNAMBUCO. A Audiência foi presidida pelo Presidente do Colegiado, Deputado Edilson Silva, presentes também a Deputada Socorro Pimentel. O Presidente leu sobre o requerimento feito pela Deputada Socorro Pimentel e passou a compor a Mesa com os seguintes convidados: Sra. Maria Gorete de Souza Medeiros, Gestora de Supervisão Hospitalar da Secretaria Estadual de Saúde; Sra. Leiliane Helena Gomes, Vice-Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia ocupacional da 1ª Região (Crefito); Sra. Luziana Maranhão, Conselheira do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito); Sra. Poliana Dias, Presidente da Aliança de Mães e Famílias Raras (Amar); Sra. Priscila Viégas, Diretora Financeira da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais (Abrato); Sra. Amanda Belo, Diretora Financeira do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais. Em seguida, o Presidente chamou a atenção ao fato de que profissões majoritariamente femininas geralmente são desrespeitadas pelo governo e que se a categoria fosse predominantemente masculina, haveria mais respeito por parte do governo. Na sequência o Presidente pediu licença para retirar-se para tratar de outros assuntos, agradeceu as presenças e passou a presidência da Mesa para a Deputada Socorro Pimentel, que cumprimentou a todos, falou da importância da função social de Terapeuta Ocupacional para Pernambuco em todas as suas áreas de atuação e da falta de profissionais. Pontuou sobre os casos de microcefalia e o quanto esses estão desassistidos pela falta de profissionais. Ressaltou que o Governo realizou um concurso público em 2014 com sessenta vagas, mas que até o momento só sete foram preenchidas; da falta de comprometimento dos municípios com essas famílias, de bebês com microcefalia e da falta de assistência, da qual compromete o desenvolvimento dessas crianças. Questionou os representantes do Governo e Municípios, quantos Terapeutas foram integrados após o surto de microcefalia, e também por que o Conselho de Terapia Ocupacional é vinculado ao de Fisioterapia, já que não exercem a mesma função? Por que os profissionais da Terapia Ocupacional e da Fisioterapia são designados pela Secretaria do Estado como analista de saúde? Quantos Terapeutas estão na ativa? Agradeceu a Sra. Priscila Viégas, que incentivou para o acontecimento da audiência e passou a palavra para a Sra. Luziana Maranhão, que cumprimentou a todos, falou sobre o contexto histórico dos Terapeutas Ocupacionais, e em seguida, respondeu as perguntas da Deputada Socorro Pimentel sobre a junção dos terapeutas e os fisioterapeutas, que já fora emitido um projeto de lei à Casa Civil sobre uma separação, da qual os Terapeutas Ocupacionais terão suas próprias associações e conselho. Falou sobre alguns cargos que os Terapeutas podiam ocupar, quando se trata de níveis de atenção; sobre o deficit dessa profissão, disse está associada à insuficiência de cursos nas instituições pública e privada, e lembra que o processo de fomentação, autorização e regularização dos cursos são muito lentos, e acredita que mais publicidades possam atrair mais estudantes interessados; Que muitos Estados não possuem cursos de Terapia Ocupacional e quando existem estão em procedimento de encerramento. Na sequência, relata quem nem no Sistema Único de Saúde (SUS), no Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) ou no Núcleo de Apoio a Família (NASF), não existe mais atendimentos com os profissionais de Terapia Ocupacional; Que o interior esta desassistido, mas que no CAPS do interior existem profissionais e na grande maioria do País isso não ocorre, e que há uma grande discrepância no número de cursos e Terapeutas Ocupacionais em relação às políticas públicas prometidas a população, que inclui o profissional à nova demanda criada pelo surto de microcefalia no País, que tem como responsável o Estado. Acrescenta que tanto no Centro de Referência em Assistência Social (CRES) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) dos Municípios, não existem Terapeutas Ocupacionais; Que apenas a UFPE possui o curso de Terapia Ocupacional; Que a Secretaria de Defesa Social tem muita resistência em acolher este profissional em seus programas, e que em outros Estados a adesão é bem melhor. Pediu à Presidente ajuda na inserção deste profissional dentro do Sistema Prisional, e questionou o número de vagas abertas pelo Governo do Estado e seus critérios, já que a demanda é bem grande da população. Sugeriu o igual tratamento dado ao programa Mais Médicos, para contratar Terapeutas na Rede Pública. Posteriormente, a Sra. Leiliane Helena cumprimentou a todos, disse que o papel do Conselho era fiscalizar as profissões regulamentadas no País, e que o Crefito era formado por duas profissões com objetos de estudos distintos: Terapia Ocupacional e Fisioterapia; Que o Conselho fez um levantamento do número de terapeutas registrados e constatou que Pernambuco necessita nas Instituições ligadas a saúde; Que Pernambuco é o Estado onde existiam mais casos de bebês com microcefalia e sua grande maioria de população de baixa renda. Finalizou falando do déficit de profissionais de terapia ocupacional; Sobre a criação do Conselho disse que estava em processo de construção e que precisa de apoio da categoria e da articulação política para sua efetivação. Posteriormente, a Sra. Priscila Viégas pontuou a inserção mais significativa dos Terapeutas Ocupacionais no Estado e mencionou um dado da Organização Mundial de Saúde (OMS), que diz que para cada 10 mil habitantes deve haver um Terapeuta Ocupacional em uma população nacional; Que no atualmente no Estado só existem seiscentos Terapeutas e que esse profissional não atua apenas na saúde; Que nos municípios pernambucanos não existem Terapeutas inseridos e espera que a partir da audiência ocorresse um engajamento, mobilização dos poderes públicos e dos Terapeutas. Na sequência, a Sra. Gorete de Souza Medeiros cumprimentou a todos, falou que para além de notificações dos casos de Microcefalia se fazia também um acompanhamento e que fazia em média seis atendimentos diários e com encaminhamentos para reabilitação. Em seguida, a Sra. Poliana Dias cumprimentou a todos, informou que na associação são atendidas quatrocentos e vinte famílias e dessas, cento e cinquenta e oito são crianças com microcefalia; Que em Pernambuco nunca houve políticas públicas de apoio para deficientes e nem centros de reabilitações. Denunciou a falta de estrutura em relação à saúde no Estado e que várias mães que tem filhos com a síndrome são em grande parte do interior e sofrem com o transporte precário. A Presidente registra a presença da Sra. Daniela Salgado Amaral, Chefe do Departamento de Terapia Ocupacional da UFPE; Sra. Luciana Silva do Nascimento, Presidente da Associação dos Terapeutas Ocupacionais de Pernambuco (Atope); Sra. Flávia Cabral de Farias, Coordenadora de Saúde da Prefeitura do Recife; Sra. Keyla Rodrigues de Aguiar, Terapeuta Ocupacional da Unidade Neonatal do Hospital Agamenon Magalhães; Sra. Maria da Conceição Vilanova, Gerente do CAPS Infantil e Terapeuta Ocupacional da Secretaria de Saúde de Abreu e Lima; Sra. Karina Tenório, Gerente Geral de Formação e Avaliação da Secretaria de Saúde do Recife; e Sra. Ana Beatriz Lima, Gerente de Atenção Básica da Secretaria de Saúde do Recife. Em seguida passa a palavra para a Sra. Rita Tenório, que esclarece algumas questões, das quais foram levantadas: quanto ao termo analista de saúde e que no Estado existe quatro categorias neste sentido e que desde 2007 o Estado reorganizou estas categorias e pela questão de praticidade, fala que desde março de 2016 ate dezembro foram chamados mais de três mil profissionais que foram aprovados no concurso de 2014; seis Terapeutas Ocupacionais para a primeira regional de Saúde e um na Quarta Regional localizada em Caruaru, Cento e noventa e dois Fisioterapeutas Respiratórios e Dezenove Fisioterapeutas Motores; Que o concurso de 2014 seria prorrogado por mais dois anos e que haveria prioridade para: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e etc. Informou que no dia 05 de dezembro a Secretaria de Saúde encaminhou para as Secretarias de Administração o pedido para os chamamento para os hospitais do interior, além de um pedido ao Governador para contratação de um profissional em cada Gerência Regional de Saúde, além de agilizar os pedidos de benefícios para as mães que não podiam trabalhar para permanecerem assistindo seus bebês. Na sequência, a Sra. Patrícia Meira cumprimentou todos, disse que a terapia ocupacional também é importante para as pessoas idosas e principalmente para as pessoas que tem Alzheimer. Posteriormente, a Sra. Keila Rodrigues denunciou que foi aprovada no certame de 2014, mas que mesmo designada para a Neonatologia teve que trabalhar na enfermaria, devida a demanda que era muito grande, pois eram oitenta Fisioterapeutas para sete Terapeutas Ocupacionais e que os Terapeutas acumulavam as atividades em todas as áreas dos hospitais; Que os hospitais só atendiam as crianças que nasciam naquele local, porém não tinha nenhum acompanhamento para reabilitação. Na sequência, a Sra. Luciana Nery denunciou a disparidade entre os números de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais no Estado e que a reabilitação tem sido negligenciada. Em seguida, a Sra. Ana Cristina Andrade cumprimentou a todos, falou sobre a doença do seu filho que é rara, e da importância do Terapeuta Ocupacional. Disse que para além da Zika também existem outras síndromes raras e que precisavam de assistência; Que as crianças que tem microcefalia têm mais prioridades para o Estado e que todo trabalho feito com outras crianças foi atrasado, pois não existem profissionais suficientes nas redes públicas e privadas. Em seguida, a Sra. Iayná Santos lembrou que muitas mães sobreviveram com um salário mínimo e precisam deixar seus empregos para cuidar dos filhos especiais. Questionou o fato do Estado não realizar parcerias com o setor privado para suprir as demandas que são necessárias. Finalizou denunciando a exploração dos planos de saúde em relação aos convênios. Posteriormente, a Sra. Luziana Maranhão parabenizou o discurso da Sra. Ana Cristina de Andrade. Lembrou a Emenda nº 55 que trata dos limites de gastos com a saúde em todo o País. Questionou sobre os processos e critérios para convocação de profissionais em reabilitação, e propôs um a criação de grupo técnico com representantes da Associação Nacional e Conselhos Regionais de Terapeutas, para aumentar as chances de cursos. Finalizou dizendo ser contra ao Programa Criança Feliz. Na sequência, a Sra. Leiliane Gomes parabenizou a todos e questionou o Estado sobre o número discrepante de concursados, os quais somente quatro assumiram. Fez uma homenagem às mães com seus filhos especiais. A Sra. Priscila Viégas agradeceu a oportunidade de estar na audiência e disse que ficou realmente descontenta com as falas das representações governamentais e finalizou pedindo a convocação dos Terapeutas Ocupacionais. A Presidente, disse que o objetivo da audiência foi alcançado e que foram identificados vários problemas apontados pelas representações; Que vai ser criado um grupo técnico, do qual haverá participação de outros Deputados. Ressaltou que não estava nem a favor e nem contra o Estado. Disse que Pollyana Dias e Ana Cristina representam todas as mães que são as próprias cuidadoras de crianças, que precisam de assistência e ser assistidas pelo Estado e pelos profissionais que neles trabalham na área de saúde. Disse que junto com o Deputado Edilson Silva tentará de todas as formas garantirem que todas as crianças que possuem doenças raras sejam tratadas com a mesma prioridade dos bebês com microcefalia e que fomentará um grupo técnico para visitasões em todas as universidades, e assim ajudar para ampliação de cursos de Terapia Ocupacional em Pernambuco. Nada havendo a acrescentar, a Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, eu, Adriana Soares da Silva, Assessora desta Comissão, lavrei e digitei esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Edilson Silva Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular
Deputada Laura Gomes Membro Titular
Deputada Socorro Pimentel Membro Suplente

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2017.

TEMA: SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO ENTORNO DE SUAPE.

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às dezesseis horas, no Plenário da Câmara dos Vereadores do Cabo de Santo Agostinho, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, dia 21/02/2017, realizou-se a presente Audiência Pública para tratar sobre a Situação das Famílias do Entorno de Suape. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Presidente Edilson Silva que, em seguida, apresentou os componentes da Mesa: O Sr. Magno Araújo – Representante das Comunidades do Entorno de Suape; O Sr. Heitor Scalabrini – Integrante da Coordenação do Fórum Suape; O Sr. Geraldo Vilar – Defensor Público da União; A Sra. Maria Bernadete Martins – Procuradora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco e Coordenadora do GT Racismo do Ministério Público; O Sr. Ezequiel Santos – Vice Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho; A Sra. Luiza Duque – Assessora Jurídica do Fórum Suape; A Sra. Bianca Stella Barroso – Promotora de Justiça de Ipojuca; A Sra. Alice Morais – Promotora da Segunda Promotoria de Cidadania do Cabo de Santo Agostinho; O Sr. Major Sérgio Souza – Subcomandante do CIPOMA; A Sra. Vera Lúcia – Representante Comunitária; O Sr. Labreildes dos Santos Inácio (Irmão Del) – Vereador do Cabo de Santo Agostinho; O Sr. Ricardo Carneiro da Silva (Ricardinho) - Vereador do Cabo de Santo Agostinho; O Sr. José de Arimatéia Jerônimo Santos - Vereador do Cabo de Santo Agostinho; O Sr. Nal - pescador de Gaibu; A Sra. Divanilda Maria da Silva – marisqueira de Tiriri; O Sr. Sivanaldo – agricultor do Boa Vista Dois; O Sr. Edson – pescador de Tatuoca; A Sra. Deise - líder comunitária do Areal; O Sr. Crélio José da Silva – liderança comunitária de Águas Cumpridas; O Sr. José Amaro da Silva - Representante da Fazenda dos Trabalhadores; O Sr. Rafael de Amorim – Cineasta da Produtora Jacaré. O Presidente iniciou a Audiência Pública afirmando que este era um importante momento para as pessoas expressarem sua indignação. Falou que a Audiência Pública, aqui relatada, foi a Terceira Audiência Pública com o tema “Suape”, focadas nas questões de problemas fundiários e de direitos de cidadania da população que vive nesse território. Pontuo que a Primeira foi há quase dois anos, e tratou de questões fundiárias. Disse que, na época, já existia um processo estruturado de ações jurídicas, entretanto, a Empresa Pública Suape vinha operando sobre as comunidades de forma inadequada e ilegal. Afirou que a Segunda Audiência, no final de 2015, objetivara debater e dar encaminhamentos especificamente para a questão das milícias. Disse que o impacto da atuação das milícias diminuiu, em um primeiro momento, no entanto, como não fizeram encaminhamentos mais concretos, as denúncias contra as milícias voltaram. Ressaltou que esta Audiência Pública deve partir do que já fora conversado: 1) onde estão os pertences das pessoas que tiveram suas casas desapropriadas, pois já não estão no galpão fornecido; 2) a realização de boletins de ocorrência menos burocráticos e mais acessíveis; 3) a investigação do Ministério Público de Pernambuco sobre os inquéritos parados; 4) a desempenho do Ministério Público Federal com relação a atuação de milícias. Em seguida, O Sr. Heitor Scalabrini explicou que o Fórum Suape foi fundado em 2011, na época, muitas reclamações sobre o Complexo portuário de Suape chegavam à Recife. Disse que boletins de ocorrência contra a Empresa Suape eram negados ou esperavam-se horas para fazê-lo e, quando feito, não correspondia ao relato da vítima. Pontuou que pescadores, marisqueiros, quilombolas e agricultores rurais eram tratados pela Empresa Suape como invasores. Ressaltou a destruição total do meio ambiente, muitas vezes autorizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sobre a escusa de “utilidade pública”. Relatou que ocorreram expulsões truculentas, às vezes com a utilização da tropa de choque. Lamentou que nativos tornaram-se depressivos e que “Seu Bui”, último nativo da Ilha do Tatuoca, depois de quatro meses da expulsão veio a falecer. Apontou que nenhuma das diversas violências em Suape foi posta em discussão na sociedade pernambucana. Afirou que não pode haver desenvolvimento sem antes ter a preocupação com os nativos da região. Lembrou que a comunidade pediu a três presidentes da Empresa Suape um diálogo. Disse que Suape sempre negou a existência de milícias. Narrou sobre o episódio de violência, em 2013, quando um funcionário de Suape foi filmado apontando uma arma de fogo para um morador, o caso fora televisionado no programa “Por Dentro com Cardiot”. Afirou que havia dificuldade em mostrar para os brasileiros o que acontecia, pois a mídia tradicional não abordava o tema. Disse que o Fórum Suape tem todas as violências registradas. Ressaltou que, em Suape, quase 50 (cinquenta) mil pessoas foram demitidas. Falou aos moradores presentes que muitas pessoas estão juntas com eles na luta, mas a salvação é a organização coletiva. Lamentou que o Ministério Público Estadual estivesse muito aquém da sua função. Falou que no ano de 2018 haverá eleições, momento para pensar no voto. Seguidamente, O Presidente pediu para a assessoria jurídica do Fórum Suape colocar objetivamente as questões levantadas. Registrou a presença do Sr. Labreildes dos Santos Inácio (Irmão Del) e convidou à mesa a Sra. Vera Lúcia. Logo após, A Sra. Luiza Duque disse que em Suape o ambiente é de silêncio e impunidade. Destacou a postura retrógrada da Promotoria do Cabo de Santo Agostinho. Relatou que, em decorrência de Audiência Pública, fora encaminhada a instauração de um inquérito para apurar as denúncias contra a Polícia Militar e, nove meses depois de instaurado, a representante de Meio Ambiente e Cidadania do Ministério Público, arquivou o procedimento. Disse que a justificativa foi a diminuição drástica da violência após a instauração do procedimento. Relatou que a política de assentamento é problemática, pois as comunidades de pescadores(as) e agricultores(as) foram depositadas em conjuntos habitacionais distantes dos territórios pesqueiros e das terras agricultáveis. Pontuou que só existe o conjunto habitacional de Nova Vila Tatuoca, o conjunto habitacional da Nova Vila Claudete não foi entregue e promete abrigar mais de duas mil famílias. Reivindicou a reabertura do inquérito, visto que não houve diminuição da violência. Disse que, em relação às milícias, o Ministério Público Federal respondeu que é competência estadual. Afirou ser necessária a soma das forças das comunidades atingidas e dos setores sociais. Logo após, O Presidente completou que visitaram o galpão onde os pertences dos moradores ficavam e estava vazio. Concluiu que a população fora roubada. Registrou a presença do Sr. Ricardo Carneiro da Silva (Ricardinho). Seguidamente, A Sra. Bianca Stella Barroso saudou a mesa. Apresentou-se enquanto promotora da Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio Público de Ipojuca. Elucidou que na Promotoria de Justiça de Ipojuca tem o inquérito civil referente ao Engenho Mercês. Disse que fora expedida recomendação do Ministério Público Estadual que Suape se abstivesse de praticar violações dos direitos humanos e direitos à moradia. Falou que todo o diálogo com a Empresa Suape é no sentido de permanência das comunidades naquele entorno. Explicou que as promotoras Sra. Alice Morais, Sra. Maria Bernadete Martins e Sra. Janaína trabalham no inquérito de Mercês e na questão quilombola. Disse que tratará a questão da forma mais humana possível. A Sra. Alice Morais, posteriormente, parabenizou Edilson Silva pela iniciativa. Apresentou-se enquanto promotora do Cabo de Santo Agostinho e componente do grupo trabalho que trata as questões de Suape. Disse que o grupo foi formado porque a Ilha de Mercês está em processo de qualificação como comunidade quilombola. Esclareceu que, a partir de tal qualificação, surgem duas questões principais: 1) a posse da terra é coletiva; 2) a terra será demarcada de acordo com procedimento do INCRA. Pontuou que foram feitas duas reuniões com Suape, na primeira foi feita uma recomendação; na segunda, solicitada por Suape, a empresa se comprometera a acatar a recomendação e fazer o levantamento da aérea e número de famílias. Ressaltou que as pessoas que, porventura, estão indo para Mercês, a fim de tirar proveito do processo de qualificação de comunidade quilombola, não terão direitos sob as terras. Disse que a promotora Sra. Janaína não pode estar presente. Falou que a Sra. Janaína repassara que estava acompanhando o inquérito sobre os procedimentos dos boletins de ocorrência, no entanto, a polícia estava informando que tudo estava regular e dentro da legalidade. Esclareceu que o arquivamento não é algo definitivo, pois surgindo um novo fato é possível instaurar novo inquérito. Falou sobre a problemática de não conseguir provas e testemunhos suficientes para agir. Recomendou que, ao ir à delegacia e não conseguir fazer o boletim de ocorrência, o cidadão deve ir à promotoria e denunciar a situação. Com relação ao galpão, sugeriu que a prefeitura deve ser procurada para esclarecimentos. Disse que as promotoras estão participando da Audiência Pública para ratificar o compromisso com a causa. O Presidente, em seguida, pontuou que são 28 (vinte e oito) comunidades no entorno de Suape e uma delas, Mercês, está revestida de um conjunto de direitos diferenciados. Reclamou que a falta da Sra. Janaína causará prejuízo. Disse que deveria ter sido perguntado às comunidades sobre se, de fato, os boletins de ocorrência estão sendo registrados. Logo após, O Sr. Geraldo Vilar agradeceu o convite. Elucidou que a razão da Audiência Pública é a participação popular das comunidades diretamente atingidas pela presença de Suape. Disse que seu dever de servidor público é de atender os anseios da população. Relatou que a Defensoria Pública da União, aproximadamente em maio de 2017, instaurou um ofício específico na área de direitos humanos para atender grupos vulneráveis. Disse que o defensor público federal atua em matérias relativas e que afetem o poder publico federal. Falou que teve contato com a questão de Suape a partir da Ilha de Mercês, por ser certificada como comunidade quilombola pela Fundação Palmares. Falou que foram feitas recomendações para o INCRA, com o intuito de adiantar o procedimento de regulação fundiária e para o Complexo Industrial de Suape, para que parassem incursões indevidas no território. Pontuou que a Defensoria Pública da União ouvirá as demandas e dará o encaminhamento àquilo que esteja nas suas atribuições e que, não sendo sua atribuição, se compromete a ajudar no diálogo com outros órgãos. Seguidamente, A Sra. Maria Bernadete Martins agradeceu a Edilson Silva pela iniciativa na área dos direitos humanos. Afirou que as populações vulneráveis são as que mais sofrem com os empreendimentos poluidores. Disse que quando os pontos negativos dos empreendimentos só recaem nos segmentos vulneráveis discriminados e invisíveis têm-se o racismo ambiental. Lamentou que ambientalistas estivessem se preocupando mais com o meio ambiente do que com as comunidades tradicionais. Apontou que o racismo está entranhado em todas as instituições do estado, pois o estado foi construído numa perspectiva de exclusão de pessoas negras. Falou que, além do racismo ambiental, é possível identificar o racismo institucional nas regiões vulneráveis. Disse que, participando de eventos nas periferias, ficou impressionada com o medo estampado nas pessoas que, muitas vezes, são desencorajadas para fazer denúncias. Apontou que o recrudescimento da violência do estado está fazendo perder tudo o que foi conquistado pelo movimento negro. Relatou que alguns fatos que não chegam ao conhecimento do Ministério Público. Recomendou

que a população se reunisse e escrevesse denúncias, contando com diversas assinaturas para impedir perseguições individualizadas. Falou que o Ministério Público de Pernambuco tem o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo. Afirou que as questões das comunidades tradicionais são sempre mais invisíveis por serem mais afastadas. Disse que é preciso adquirir a propriedade coletiva da terra com declaração do INCRA, que protela ao máximo. Concluiu que a luta é pelo reconhecimento pela propriedade, pois a posse está garantida pela constituição. No momento seguinte, A Sra. Bianca Stella Barroso explicou que convidara a Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente, CIPOMA, porque acredita que o CIPOMA está distante da área de Ipojuca. Concluiu que Ipojuca é um centro de grandes empreendimentos e se a policia ambiental não estiver próxima não conseguirá produzir provas, fazer flagrante ou coibir o ilícito. O Sr. Major Sérgio Souza, seguidamente, agradeceu à promotora Bianca pelo convite. Explicou que o CIPOMA é uma companhia independente de policiamento do meio ambiente, com unidade na Polícia Militar, especializada na fiscalização ambiental e participa de ações em todo o estado de Pernambuco. Disse ser importante que informem quais são as dificuldades ambientais em Suape. Colocou o CIPOMA à disposição para que entrem em contato e repassem informações e demandas. Logo após, O Sr. Ezequiel Santos disse que essa é a sexta Audiência Pública com relação a Suape que acontece na Câmara dos Vereadores do Cabo de Santo Agostinho. Relatou que capangas foram no sitio do Sr. Vicente, em Massangana, onde mora há 42 (quarenta e dois) anos e roubaram o portão recentemente fixado na entrada do sitio. Disse que o Sr. Vicente colocara o portão por se sentir inseguro pela crescente violência em Suape. Disse que foram até a portaria da Empresa Suape e foram humilhados. Narrou que esperaram cerca de uma hora na delegacia para fazer um boletim de ocorrência. Disse que a polícia não fez o boletim da maneira que a família relatara. Falou que a Polícia Civil informou que seria necessário o contato com a Polícia Militar para efetuar um flagrante na Empresa Suape. Falou que ao ligar para a Polícia Militar o informaram que era competência da Polícia Civil. Pontuou que, nesse mesmo sitio, capangas de Suape derrubaram uma casa. Advertiu a importância de fazer protestos na portaria de Suape, nas rodovias. Relatou que um agente da delegacia afirmou ter orientação de apenas registrar boletins de ocorrência na área de Suape se o morador ou moradora estivesse com documento de propriedade. Concluiu afirmando seu apoio e o apoio da Câmara dos Vereadores do Cabo de Santo Agostinho. O Sr. Magno Araújo, posteriormente, apresentou-se como líder da comunidade quilombola da Ilha de Mercês. Desejou que as outras comunidades se sentissem contemplados com sua fala sobre a forte opressão que o complexo industrial portuário de Suape tem feito. Pontuou que a Ilha de Mercês fica no centro do complexo industrial, área ocupada pela refinaria e por outras empresas que foram construídas em cima dos sítios que existiam naquela comunidade. Denunciou que o complexo de Suape se utiliza de artifícios para que as pessoas saiam. Exemplificou a retirada do acesso à água, pois seguraram a fonte de água da comunidade. Disse que o manguezal tem quatro hectares de mangue cortado para construir uma pista que liga o estaleiro e Mercês. Falou que o Rio Tatuoca fora represado e o mangue está morrendo. Ressaltou que, agora, tem cana de açúcar plantada na área do mangue. Apontou que peixes e crustáceos não estão mais sendo encontrados nos entornos. Reclamou que Suape não gerou emprego para as comunidades do seu entorno. Denunciou que a capangas de Suape, junto à miliciantes, roubam plantações. Disse que os funcionários de Suape têm poder de polícia. Apontou que, das 28 (vinte e oito) lideranças comunitárias pelo menos 27 (vinte e sete) são criminalizadas pela diretoria do complexo. Disse que procurara diversas vezes a prefeitura para resolver problemas de Mercês, mas sempre teve os pedidos negados. Sra. Vera Lúcia, em seguida, se apresenta como moradora da comunidade Engenho Ilha. Disse que desde os 22 (vinte e dois) anos se dedica à luta dos agricultores. Lamenta as ações dos miliciantes. Pontuou que recebe proteção do Instituto de Defensores de Direitos Humanos, programa estatal de proteção aos defensores de direitos humanos. Relatou que, em Jussaca, uma equipe de Suape chefiada por Romero Fonseca destruiu um sitio e proferiu ameaças à ela. Afirou que a equipe de segurança de Suape anda armada. Falou sobre a marginalização dos que foram para Suape em busca de emprego. No momento seguinte, O Presidente deu início às inscrições. O primeiro inscrito foi o O Sr. Nal. Disse que investigações devem ser levantadas contra o Coronel Pereira Lima e Romero Fonseca. Reclamou que a polícia atua nas comunidades como se estivesse em guerra contra os moradores. Disse que as xeixas contra policiais militares são ignoradas. Afirou que em Tiriri mansões estão sendo construídas e os nativos não podem manter suas casas. A segunda inscrita, A Sra. Divanilda Maria da Silva, apresentou-se como marisqueira e agricultora. Apontou que muitos moradores não estão presentes porque sentem medo. Disse que seu pai teve AVC duas vezes em consequência das ações de Suape. Ressaltou que mulheres com filhos recém-nascidos tiveram suas casas demolidas e ficaram na rua. O Sr. Sivanaldo, terceiro inscrito, disse que é da associação do Boa Vista Dois. Denunciou que em sua comunidade derrubaram a casa de um casal de idosos e depois tocaram fogo em tudo. Ressaltou que os agricultores não aguentam mais, querem plantar com tranquilidade. O Sr. Edson, quarto inscrito, se disse insatisfeito com mais uma Audiência Pública que não trás as respostas necessárias. Reclamou a ausência da promotora Sra. Janaína. Afirou que ao passar pela área portuária a caminho da pesca tem seu material apreendido. Questionou o uso de armas letais pelos segurança de Suape. Quinta inscrita, A Sra. Deise contou que veio da Bahia com sua família em busca de emprego e não conseguiram. Disse que estão sem dinheiro e sem lugar para ficar. Concluiu que Suape era um sonho que virou pesadelo. O Sr. Crélio José da Silva, sexto inscrito, disse que foi presidente da Associação de Gaibu. Denunciou que contrataram uma pessoa para agredir-lo fisicamente pelos protestos que participou contra Suape. O Sr. José Amaro da Silva, sétimo inscrito, disse que 25 (vinte e cinco) famílias da Fazenda dos Trabalhadores ainda não foram indenizadas. Disse que algumas pessoas foram deixadas no Engenho Sacambu e estão em situação de miséria. Questionou se isso é o assentamento modelo que Suape prometera. Oitavo inscrito, O Sr. Rafael de Amorim explicou que o filme “Naná”, produzido por ele, trata da luta e resistência das comunidades do entorno de Suape. Disse que o filme fora dedicado ao “Seu Bui” e “Seu Abílio”. Ressaltou que Suape alegou calunia e difamação contra o filme. Falou que na semana de falecimento do “Seu Bui”, fora a delegacia prestar esclarecimentos. Logo após, O Presidente disse que a população deve pressionar o Governador. Explicou que Suape é uma empresa do governo e quem manda em Suape é o Governador do Estado de Pernambuco e que o superintendente de Suape é cargo comissionado do Governador. Deu o exemplo da vitória da comunidade do Sancho, que impediram que 52 (cinquenta e duas) famílias fossem retiradas dos arredores do Complexo do Curado. Elucidou que os moradores do Sancho, em protesto, acompanhavam o Governador nas saídas e entradas do aeroporto e do Palácio do Campo das Princesas. Pontuou os problemas dados nesta Audiência Pública. Pediu propostas de encaminhamento. Sugeriu que o inquérito fosse reaberto. Questionou se a questão das indenizações está na justiça. O Sr. Heitor Scalabrini, em seguida, disse que levará o filme “Naná” para as comunidades. A Sra. Bianca Stella Barroso se comprometeu a acompanhar a questão dos agentes de saúde na Ilha de Mercês. Disse que o pedagó não pode impedir o acesso de oficiais de justiça, de promotores e muito menos dos moradores. Sugeriu a opção de recurso contra o pedagó. Explicou que o Termo de Ajustamento de Conduata (TAC) firmado pela Sra. Janaína foi para que a Secretaria de Planejamento do Município tenha poder de polícia em relação às construções em área de proteção ambiental. Sugeriu que seja feita uma representação se o TAC está sendo utilizado para fins escusos. Disse que o Ministério Público precisa que façam um levantamento sobre os pertences desaparecidos. Sugeriu como encaminhamento a criação de um grupo de trabalho com as autoridades e instituições envolvidas, com encontros bimestrais. A Sra. Maria Bernadete Martins, posteriormente, sugeriu uma carta de cobrança endereçada ao Procurador Geral sobre os fatos mais graves dito nesta Audiência Pública. Nada havendo a acrescentar, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Edilson Silva Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular
Deputada Laura Gomes Membro Titular
Deputada Socorro Pimentel Membro Suplente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2017.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e sob a Presidência do Deputado Zé Maurício reuniram-se os deputados: José Humberto, Laura Gomes e Lucas Ramos. Então, havendo quórum regimental, o Senhor Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença do Senhor José Cardoso, representante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Pernambuco; da Senhora Roberta de Santana Pessoa, Presidente da Cooperativa Pró-Recife; do Senhor Thiago Meira, representante da Associação Nacional de Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis /ANCA, da Senhora Priscila Barbosa, Técnica da ANCAT, e do Senhor Edoaldo Francisco Souza, representante da Associação de Catadores O VERDE É NOSSA VIDA; e logo após, colocou em votação a ata da reunião anterior, que de imediato foi aprovada por todos os presentes. Continuando, foi para discussão o Projeto de Resolução nº 1414/2017, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que institui o Prêmio Município Amigo dos Animais, e dá outras providências; que na ausência do relator Deputado Henrique Queiroz foi redistribuído para o deputado José Humberto, que deu parecer favorável ao Projeto, juntamente com a Emenda Modificativa da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; e todos os deputados presentes votaram pela aprovação do parecer apresentado pelo relator. Em seguida o Deputado Zé Maurício informou que a Deputada Terezinha Nunes solicitou Audiência Pública para debater a questão da Revitalização e Urbanização da Lagoa Olho D’água, localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes. E logo após, o presidente sugeriu que a Deputada Terezinha enviasse mais esclarecimento referente ao material que ela tem sobre a Lagoa ou participe de uma reunião da Comissão para que ela explicasse o que realmente está acontecendo, para que depois fosse agendada a Audiência. Continuando, ele passou a palavra para o Sr. José Cardoso para fazer sua explanação. O Sr. José Cardoso iniciou saudando todos os deputados presentes, e em seguida falou que há muito tempo vem lutando para resolver o problema do lixo em Pernambuco, e ainda não conseguiu; e ainda enfatizou o esforço do Deputado José Humberto para solucionar o problema. Ele também informou que outros Estados estão na frente do nosso Estado, como por exemplo: Paraíba e Alagoas, e que, apesar de Pernambuco ser pioneiro na discursão, mas ainda não foi solucionado os problemas dos lixões. Continuando ele falou que o Movimento Nacional nasceu da premissa de organizar a categoria dos catadores,

e que tem como objetivo buscar políticas públicas para catadores. Logo após, ele enfatizou as reais necessidades dos catadores e as ações e campanhas realizadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Pernambuco. Continuando, Cardoso enfatizou a importância de Pernambuco ter um Programa Estadual para os Catadores, pois ainda não existe, só existe o Federal, e logo após, ele ressaltou a questão do trabalho e rendimento dos catadores, onde constatou que os catadores da região Nordeste estavam recebendo valores bem abaixo da média em relação a outras regiões. O deputado José Humberto ressaltou a sua participação na luta a favor dos catadores quando ele estava atuando como secretário de Serviços Públicos do Recife. Em seguida, o Deputado Zé Maurício perguntou se procedia a informação de que só 10% dos materiais são recicláveis, e se haveria a possibilidade dos catadores atuarem na limpeza dos assoreamentos dos rios, de forma que não colocasse suas vidas em risco. O Sr. Cardoso informou que sim para duas perguntas, ressaltou que o percentual do material reciclável é baixo, porque há uma ineficiência na coleta seletiva e ausência de informação; e que existe a possibilidade de incluir os catadores na limpeza dos rios, e já tem alguns fazendo por conta própria, mas há dificuldade financeira para adquirir os barcos. Logo após, o Deputado José Humberto informou que precisava se ausentar, e sugeriu encaminhar para diversos órgãos do governo que tem responsabilidade de tratar a questão, as informações coletada nesta reunião, para que pudesse difundir no município do interior. Em seguida o Deputado Zé Maurício informou a vinda da FIEPE na próxima reunião. A Senhora Roberta falou que gere uma cooperativa de materiais recicláveis e que se preocupa com os catadores, e deseja melhoras salariais e qualidade de vida para a categoria, a cooperativa criou o cantinho da leitura para que as mães deixem seus filhos, enquanto coletam os materiais. O Sr. Cardoso disse que o movimento de catadores em Pernambuco busca política de inclusão social, e continuando, ele informou que o Ministro de Meio Ambiente, Dr. Sarney Filho, fez a deliberação do nº 11 do CORI para a Implementação de Sistemas de Logística Reversa, e logo, ele finalizou pedindo apoio aos deputados. O deputado Presidente disse que iria ouvir todos os agentes que envolvem a temática de Resíduos Sólidos, tais como: Fiepe, CPRH, Ministério Público, para que a Comissão possa dar os melhores encaminhamentos com propostas palpáveis. A deputada Laura Gomes falou da sua experiência em 2002, enquanto diretora de políticas sociais de Olinda, lembrando que foi criticada por ter reforçado a 1ª marcha dos catadores de lixo para Brasília, e também acusada de legalizar a pobreza. Em seguida ela informou que está convidando Geraldo Miranda, sanitarista, para contribuir a discussão. Em seguida o deputado passou a palavra para Senhor Edoaldo Francisco Souza, representante da Associação de Catadores o Verde é Nossa Vida. O Senhor Edoaldo reforçou o dado lançado em 2010, que estima acerca de 20.166 catadores em Pernambuco e enfatizou que atualmente o número é bem maior. Ele aproveitou e pediu ajuda aos parlamentares no sentido de conseguir os 4 milhões de reais para as cooperativas. O Deputado presidente perguntou onde estava esse dinheiro. O Senhor Cardoso explicou que esse valor esta na Secretaria do Estadual do Trabalho, resultado de um projeto do Ministério do Trabalho, que em 2009, foi solicitado pela Comissão do Movimento dos catadores para apoiar os catadores depois do fechamento dos Lixões. O Deputado Zé Maurício não era conhecedor deste valor, e logo sugeriu uma reunião com a Secretária do Trabalho para explicar a destinação deste recurso. O Deputado Zé Maurício perguntou se com o fechamento do Lixão de Aguazinha, a prefeitura de Olinda realizou o cadastramento dos catadores. O Senhor Cardoso informou que ocorreu o cadastramento, mas não funciona. A Senhora Priscila Barbosa, Técnica da ANCAT informou que visitou o Lixão de Aguazinha antes do seu fechamento e constatou a presença de grande quantidade de crianças, e na segunda visita que realizou, mesmo depois de fechado, constatou a presença de catadores e crianças; ela ainda informou que a Associação dos catadores também foi fechada, logo, ela fica sem suporte para mudar a situação. Continuando, ela falou que em Paulista foi tomado o terreno da Associação dos catadores, prejudicando a coleta. O deputado Zé Maurício disse que, como encaminhamento iria solicitar esclarecimento para a prefeitura sobre o fechamento da Associação dos Catadores em Paulista, e em seguida perguntou sobre a destinação do recurso disponibilizado pelo Ministério do Trabalho. O Senhor Cardoso informou que o valor é destinado para capacitação dos catadores e compra de equipamentos. A Deputada Laura sugeriu uma reunião com o Prefeito de Paulista Junior Matuto, e os deputados concordaram com a sugestão. O Sr. Cardoso entregou ao Deputado Zé Maurício documentos referente a Situação Social dos Catadores de Material Reciclável da Região Nordeste e também sobre a implementação de Sistemas de Logística Reversa, e por fim agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para fornecer mais subsídios para debater a temática. Então, nada mais havendo a tratar, o Deputado presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para que tudo fique registrado, eu, Maria Joseane Lopes de Amorim, Assessora desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Deputado José Humberto Cavalcanti
(Vice-Presidente)

Deputada Laura Gomes
Deputado Lucas Ramos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista – Recife - Pernambuco, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado Lucas Ramos, os Deputados: Augusto César, Joaquim Lira e Tony Gel, membros titulares; Isaltino Nascimento e Rodrigo Novaes, membros suplentes. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, com a distribuição dos seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Complementar Nº 1917/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 1908/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1909/2018, de autoria da Deputada Teresa Leitão, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 1912/2018, de autoria da Deputada Simone Santana, relator Deputado Rodrigo Novaes; Projeto de Lei Ordinária Nº 1914/2018, de autoria do Deputado Joaquim Lira, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1915/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 1916/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Rodrigo Novaes; Projeto de Lei Ordinária Nº 1918/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 1919/2018, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1920/2018, de autoria da Deputada Simone Santana, relator Deputado Rodrigo Novaes; Projeto de Lei Ordinária Nº 1921/2018, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1922/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 1924/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Rodrigo Novaes; Projeto de Lei Ordinária Nº 1925/2018, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1926/2018, de autoria do Deputado Joel da Harpa, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 1927/2018, de autoria do Deputado Bispo Ossésio Silva, relator Deputado Rodrigo Novaes; Projeto de Lei Ordinária Nº 1928/2018, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, relator Deputado Augusto César; Projeto de Lei Ordinária Nº 1929/2018, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, relator Deputado Isaltino Nascimento. A seguir, o Presidente deu continuidade com a discussão dos seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Complementar Nº 1917/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Isaltino Nascimento – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 1901/2018, de autoria do Poder Executivo, relator Augusto César – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 1915/2018, de autoria do Poder Executivo; relator Deputado Isaltino Nascimento – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 1916/2017, de autoria do Poder Executivo; relator Deputado Rodrigo Novaes – Aprovado por unanimidade; Emenda Modificativa Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1843/2018, de autoria do Deputado Rogério Leão, relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 535/2015, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1386/2017, de autoria do Deputado Augusto César, relator Deputado Tony Gel – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2018, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1852/2018, de autoria do Deputado Aduino Santos, relator Deputado Isaltino Nascimento – Aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2018, de autoria do Deputado Lucas Ramos, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1867/2018, de autoria do mesmo, relator Deputado Augusto César – Aprovado por unanimidade. Ao finalizar a discussão dos Projetos de Lei, o Presidente exalta o compromisso do governo do Estado de Pernambuco com a educação, se referindo aos três últimos Projetos de Lei que trata da construção de três importantes escolas, sendo uma Técnica e duas de Referência, em Petrolina, a maior cidade do sertão pernambucano. A seguir, o Presidente informou que, conforme solicitação da Deputada Socorro Pimentel de convidar para esta Comissão, um servidor da Secretaria de Administração do Estado para participar das discussões, e se necessário, esclarecer pontos do Projeto de Lei Complementar nº 1917/2018 que foi discutido e aprovado, o Governo do Estado se prontificou, porém como a proponente da iniciativa não estava presente, não houve provocação para a discussão, o que significa que estava tudo esclarecido, conforme o relatório do Deputado Isaltino Nascimento. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião. Do que para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO LUCAS RAMOS
PRESIDENTE

MEMBROS TITULARES
DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO TONY GEL

MEMBROS SUPLENTES
DEPUTADO EDILSON SILVA
DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO

Portarias

PORTARIA Nº 309/18

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 083/2017, da Superintendente Administrativa,
RESOLVE: formalizar a composição da **Comissão Permanente de Pregão**, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 2018, nos termos da Lei n.º 12.794/2005 e da Resolução TCE/PE nº 19/2012.

NOME JOSILENE CAVALCANTI CORREIA DELFINA MARIA CORDEIRO PESSOA PINTO ISABELLA DE LIMA RODRIGUES RODRIGO MOREIRA CORDEIRO CARMEN CYNTHIA DE SIQUEIRA SILVA	CARGO Pregoeiro Equipe de Apoio Equipe de Apoio Equipe de Apoio
Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 10 de maio de 2018.	
Deputado DIOGO MORAES Primeiro Secretário	

PORTARIA Nº 310/18

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 083/2018, da Superintendente Administrativa,
RESOLVE: formalizar a composição da **Comissão Permanente de Licitação**, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 2018, nos termos do art. 51 da Lei nº 8666/93 com alterações posteriores, do Ato ALEPE n.º 210/95 e Resolução TCE/PE nº 19/2012.

NOME MARIA DO SOCORRO CHRISTIANE VASCONCELOS PONTUAL SUZANA MARIA DE AGUIAR CLEA PAULA FALCÃO PANTOJA ÁLVARO JOSÉ DOS SANTOS ROMERO PESSOA GUERRA	CARGO Presidente Titular Titular Suplente Suplente
Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 10 de maio de 2018.	
Deputado DIOGO MORAES Primeiro Secretário	

PORTARIA N.º 311/18

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 070/2018, do **Deputado Guilherme Uchoa**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de maio de 2018, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ROSANA DE LIMA PEREIRA	Assessor Especial / PL- ASC	15,41%	17,55%
PEDRO OSVALDO DE MORAES PINHEIRO	Secretário Parlamentar / PL-SPC	28,50%	21,50%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 10 de maio de 2018.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 312/18

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 002388/2018, do Deputado **João Eudes**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de maio de 2018, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
CASSIANA MARIA DA SILVA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
GERALDO RODRIGUES DA SILVA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
LIGIA MAIZA DE SOUSA	Assistente Parlamentar / PL-APC	18,82%	120%
MARIA DE FÁTIMA FELIX XAVIER BARBOZA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
MARIA DE FÁTIMA SANTOS CAVALCANTI	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
MARIA INÊS MARINHO CORDEIRO	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
MARIA OLÍVIA LEITE DE AGUIAR SILVA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
MÁRIO EDSON TENÓRIO COSTA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
MAURÍCIO CÂNDIDO DA ROCHA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
NELSON EVANGELISTA DE SOUSA FILHO	Secretário Parlamentar/PL-SPC	72,13%	120%
REGINALDO RUFINO DE ALMEIDA SOBRINHO	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
RENNE CESAR GONÇALVES SANTOS	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
SUELY FERREIRA AGUIAR	Assessor Especial / PL-ASC	64,09%	75,31%
THIAGO BARBOSA DE OLIVEIRA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
VANIA MARIA LEITE DE AGUIAR SILVA	Chefe de Gabinete / PL-CGC	120%	30%
VERA LÚCIA SOARES DE SOUZA	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%
VITOR TOMPSON NERI	Assessor Especial / PL-ASC	74,42%	78,51%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 10 de maio de 2018.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário